

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE ECONOMIA

LICENCIATURA EM ECONOMIA

Padrão de desenvolvimento de Moçambique no contexto do capitalismo mundial
(1995-2018)

Análise alicerçada à óptica da Teoria Marxista da Dependência

Estudante: JOSÉ CHIMBANA

Supervisor: Prof. Doutor José Chichava, PhD

Maputo

Novembro de 2025

Padrão de desenvolvimento de Moçambique no contexto do capitalismo mundial:
Análise alicerçada à óptica da Teoria Marxista da Dependência

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Economia da Universidade
Eduardo Mondlane como requisito para obtenção
do grau de Licenciatura em Economia.

Área de Concentração: Economia de
Desenvolvimento

Orientador: Prof. Doutor José Chichava

Maputo
Novembro de 2025

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta do meu trabalho ao longo do curso e da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter o grau académico de licenciado numa instituição educacional.

Maputo, aos ____ de _____ de 2025

(José Chimbana)

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com ____ valores no dia ____ de _____ de 2025 por nós, membros de júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

(Presidente do Júri)

(Arguente)

(Supervisor)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família.

"I'm a pessimist in the sense that we are approaching dangerous times. But I'm an optimist for exactly the same reason. Pessimism means things are getting messy. Optimism means these are precisely the times when change is possible." And what are the chances that things won't change?

(Slavoj Zizek, Excerpt from The Guardian, 10/06/2012)

ÍNDICE

DECLARAÇÃO	ii
DEDICATÓRIA	iii
ÍNDICE DE TABELAS.....	vii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	vii
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Problema.....	2
1.2. Hipóteses	2
1.3. Justificativa.....	2
1.4. Objectivos.....	3
1.4.1 Geral	3
1.4.2 Específicos.....	3
2. REVISÃO DA LITERATURA	4
2.1. Desenvolvimento Económico	4
2.2. Capitalismo global	6
2.3. A Teoria (Marxista) da Dependência.....	7
2.3.1. Origens.....	7
2.3.2. CEPAL e a Substituição de importações	7
2.3.3. CEPAL versus Teoria Marxista da Dependência	9
2.3.4. Das Correntes Da Teoria da Dependência.....	10
2.4. Necessidades de Expansão do Capital	11
2.4.1. Ímpeto capitalista	11
2.4.2. Colonialismo e a penetração capitalista em África (Herança do capital)	13
2.4.3. Imperialismo em África	14
2.5. A Nova Economia.....	16

2.5.1.	O segredo da troca desigual	17
2.5.2.	Superexploração do trabalho.....	17
2.5.3.	Ciclo do capital na economia dependente.....	18
2.5.4.	Processo de Industrialização	19
2.5.5.	Nova divisão de trabalho	20
2.5.6.	Capital Financeiro e Dependência	21
3.	METODOLOGIA.....	24
3.1.	Abordagem metodológica	24
3.2.	Procedimento metodológico	25
3.3.	Técnicas de pesquisa.....	26
3.4.	Técnicas de colecta e análise dados	27
3.5.	Interpretação dos resultados da pesquisa	27
4.	ESTUDO DE CASO - MOÇAMBIQUE: UMA ECONOMIA DEPENDENTE?.....	29
4.1.	Análise da Vulnerabilidade externa	29
4.2.	Pauta de Exportações	32
4.3.	Pauta de Importações	35
4.4.	Distribuição do Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique	35
4.5.	Exportação de capitais	37
4.6.	Dívida Pública Total	38
4.7.	Análise da dependência em Moçambique.....	41
4.8.	Propostas de desenvolvimento	42
5.	CONCLUSÃO.....	46
5.1.	Principais ilações do estudo	46
5.2.	Indicações para investigação futura	47
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48
7.	APÊNDICE	52

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Indicadores de Vulnerabilidade Externa: 1995-2018	31
Tabela 2 - Exportações por intensidade tecnológica (% total de exportações).....	34
Tabela 3 - Renda de Investimentos em milhões de US\$: 1995-2018	37
Tabela 4 – Estratégias de desenvolvimento	42

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportações por Factor Agregado em milhões de US\$: 1995-2018.....	32
Gráfico 2 - Composição das Exportações por Factor Agregado.....	33
Gráfico 3 - Para quem exporta a economia moçambicana?.....	34
Gráfico 4 - Importações por Factor Agregado em milhões de US\$: 2011-2018.....	35
Gráfico 5 – Entradas de IDE por sector de destino.....	36
Gráfico 6 - Dívida Pública Total em milhões de US\$: 2011-2018.....	39
Gráfico 7 - Evolução da Dívida Pública Total, Externa e Interna de Moçambique (2009-2018) em milhões MZN	40

RESUMO

O desenvolvimento económico representa um dos principais conceitos no estudo da economia como ciência, e é nesse contexto que a presente análise, sob os alicerces da teoria marxista da dependência, questiona os caminhos de desenvolvimento de Moçambique no contexto do capitalismo mundial, porquanto as políticas económicas actuais são um subproduto deste sistema económico global. Esta teoria defende que as condições de desenvolvimento de alguns países (os periféricos) *dependem* do desenvolvimento de outros países formalmente independentes (os centrais). É neste prisma que no presente trabalho se problematiza a inserção de Moçambique no capitalismo mundial, com vista a identificar a sua influência no desenvolvimento do país. Assim, tendo como objectivo analisar o impacto positivo ou negativo desta influência a partir dos preceitos para aplicação desta teoria para a realidade moçambicana durante o período 1995-2018, é através do materialismo dialético como abordagem metodológica que se questiona a existência ou não da dependência do país e o modo como essa dependência interfere nos processos de desenvolvimento interno. Em termos de procedimento e técnica de pesquisa, a análise baseou-se no estudo de caso, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, tendo como referência para a análise quantitativa, os dados económicos do Banco de Moçambique, Banco Mundial e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Infere-se como conclusão que o país adopta um padrão de desenvolvimento dependente e a inserção no capitalismo agudiza o subdesenvolvimento, sendo o estágio actual expressão dessa dependência, caracterizada principalmente por elevada vulnerabilidade externa, e estatuto periférico suportado pelas elevadas remessas, perda dos termos de intercâmbio e realização externa do ciclo do capital, o que releva a necessidade de políticas ajustadas à realidade da periferia a que o país se encontra circunscrita.

Palavras-chave: Centro-Periferia, Teoria Marxista da Dependência, Sistema capitalista.

ABSTRACT

Economic development represents one of the main concepts in the study of economics as a science, and it is in this context that this analysis, based on the Marxist theory of dependency, questions Mozambique's development paths in the context of global capitalism, since current economic policies are a byproduct of this global economic system. This theory argues that the development conditions of some countries (peripheral countries) depend on the development of other formally independent countries (central countries). It is from this perspective that this work problematizes Mozambique's insertion into global capitalism, with a view to identifying its influence on the country's development. Thus, with the aim of analysing the positive or negative impact of this influence based on the precepts for applying this theory to the Mozambican reality during the period 1995-2018, it is through dialectical materialism as a methodological approach that we question the existence or not of the country's dependence and the way in which this dependence interferes with internal development processes. In terms of research procedure and technique, the analysis was based on a case study, documentary research and bibliographical research, using economic data from the Bank of Mozambique, the World Bank and the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) as references for the quantitative analysis. The conclusion is that the country adopts a dependent development pattern and its insertion into capitalism exacerbates underdevelopment, with the current stage being an expression of this dependence, characterized mainly by high external vulnerability and peripheral status supported by high remittances, loss of terms of trade and external realization of the capital cycle, which highlights the need for policies adjusted to the reality of the periphery to which the country is confined.

Keywords: Centre-Periphery, Marxist Dependency Theory, Capitalist system.

1. INTRODUÇÃO

Há mais de 40 anos que Moçambique iniciou a liberalização da economia com apoio das instituições de Bretton Woods¹ o que levou o País a sucessivamente a orientar-se para o mercado. Diversas melhorias foram alcançadas com o abandono do socialismo, no entanto o tão almejado desenvolvimento económico, modernização e melhores condições de vida tardam a chegar.

Os modelos de política económica para desenvolvimento recomendados pelas nações desenvolvidas tendem a, adversamente, não desenvolver como esperado os países que secularmente se debatem com a pobreza e o subdesenvolvimento. Constatase assim que, efectivamente, os caminhos ou medidas de desenvolvimento experimentados pelas nações desenvolvidas, diferem dos que hoje são recomendados aos que se pretendem desenvolver.

A Teoria da Dependência surge na América Latina no início dos anos 60 representando um esforço para compreender as limitações do desenvolvimento iniciado num período em que se acreditava que a substituição de importações resolveria a desigualdade no desenvolvimento entre países. A dependência estava expressa numa situação em que um grupo de países tinha a sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, a qual estava submetida.

É nesta esteira de pensamento que aqui, resgata-se a teoria da dependência no intuito de provar a sua importância e actualidade, pese embora não faça parte do currículo regular da academia (talvez por ter sido originada na periferia). Investiga-se assim, a possibilidade de que na conjuntura da dependência, Moçambique faça parte da periferia do capitalismo mundial, dinâmica de que o estágio actual seria expressão.

A estrutura do trabalho, é apresentada em cinco partes. A primeira parte inclui o primeiro capítulo, introdutório, apresenta o tema, esclarece os objectivos, propõe as hipóteses e justifica a relevância do tema. O capítulo 2 faz a revisão de literatura que consiste no enquadramento do desenvolvimento económico e discorre sobre a Teoria Marxista da Dependência como base da análise. É feito também um estudo nos meandros do colonialismo e resquícios do mesmo na actualidade. O capítulo 3, trata da metodologia utilizada no trabalho e o capítulo 4 apresenta o estudo do caso acompanhado de uma análise qualitativa e descrição quantitativa das variáveis macroeconómicas do período entre 1995 - 2018 para avaliar o padrão de inserção

¹ Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

da economia moçambicana no capitalismo mundial. Por fim, o capítulo 5 faz a exposição das conclusões relativas à questão central em debate, bem como apresentação de indicações para investigação futura.

1.1. Problema

Na Teoria da Dependência, a *dependência* expressa a ideia de que o desenvolvimento dos países periféricos está submetido (ou limitado) pelo desenvolvimento de outros países e que não é criado pelas condições de desenvolvimento natural ou até pela herança do colonialismo, mas pelo padrão de desenvolvimento capitalista do país e inserção no capitalismo mundial. Isto é, vê-se o subdesenvolvimento do país não como uma etapa antecessora ao desenvolvimento, mas sim como uma consequência do capitalismo.

Moçambique orientou-se para a economia de mercado a partir de 1987 com o Programa de Reabilitação Económica (PRE) e desde então diversas políticas económicas, sociais e culturais foram implementadas, contudo, não obstante ter apresentado consideráveis melhorias, permanece sendo um dos países mais pobres do mundo.

Assim, questiona-se o papel que cumpre a economia moçambicana na divisão internacional do trabalho com base nas relações que desenvolve com os demais países capitalistas:

- *Em que medida a inserção de Moçambique no capitalismo mundial influencia o seu desenvolvimento?*

1.2. Hipóteses

- (i) A inserção de Moçambique no capitalismo mundial beneficia o seu desenvolvimento.
- (ii) A inserção de Moçambique no capitalismo mundial não beneficia o seu desenvolvimento.

1.3. Justificativa

“O capital da universidade é o cérebro”. Sefidvash (1994)²

² SEFIDVASH, Farhang. O Papel da Universidade na Transformação da Sociedade. In: II CEPAL - INTEGRAÇÃO E CIDADANIA (II CEPIAL), Maringá/PR. 28 de Julho a 2 de agosto de 1994. Não paginado

A universidade como instituição de cariz eminentemente social, mais do que centro de reprodução e perpetuação do conhecimento deve ser de questionamento como parte do seu papel à formação de pensadores críticos nas questões sociais e de evolução da humanidade.

Ao discutir o caminho de desenvolvimento apoiado no capital internacional e nas relações de poder nos moldes de inserção capitalista, a actualidade do tema se destaca nos resultados obtidos pela política económica hoje executada, sendo esta um subproduto dos conflitos sociais e políticos condicionados pelas diversas esferas do sistema económico global.

1.4. Objectivos

1.4.1 Geral

- Analisar o impacto da influência do capitalismo mundial no desenvolvimento de Moçambique, com base na teoria marxista da dependência.

1.4.2 Específicos

- Avaliar a teoria marxista da dependência e a sua antítese CEPAL, evidenciando a sua materialização no intercâmbio desigual entre os países capitalistas.
- Expôr a relação entre a superexploração do factor trabalho e acumulação capitalista.
- Efectuar uma descrição quantitativa da vulnerabilidade externa do país a partir de indicadores macroeconómicos no período 1995-2018.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para se realizar o estudo, parte-se primeiro de uma compreensão inicial do desenvolvimento económico, aplicado ao contexto dos países de natureza capitalista. Segue-se uma análise, de acordo com a existente literatura em desenvolvimento económico, a partir da teoria marxista da dependência desenvolvida nos anos 1960 e 1970. Nesta, a percepção de que o capitalismo mundial é desigualmente espacializado e de que se configuram historicamente centros e periferias, com a subordinação de algumas nações a outras, é referência fundamental nesse trabalho – principalmente para compreender o lugar ocupado por Moçambique.

Porém, também se entende que as mudanças do capitalismo nas últimas décadas tornaram essas relações mais complexas e difíceis de esmiuçar. Assim, no actual neoliberalismo procura-se compreender os moldes de funcionamento da economia global. Ainda na busca pelo esclarecimento da dependência a parte final do capítulo busca entender de forma mais específica, o passado colonial e sua herança ao padrão de desenvolvimento actual, categorizando-o como um elemento da dependência.

2.1. Desenvolvimento Económico

Segundo Bresser-Perreira (2008, p. 1), “o desenvolvimento económico de um país é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população”.

Amaral *et al* (2008, p. 13) e Alpert (1963, p. 1) explicam que enquanto o crescimento económico enfatiza principalmente aspectos de bem-estar material – cuja evolução pode ser aproximadamente representada pelo crescimento da produção e, com ele, do rendimento quer nacional quer por habitante – o desenvolvimento abarca também questões de cultura, de atitudes dos indivíduos, de qualidade de vida, de bem-estar social, de autonomia pessoal que só muito lateralmente surgem nos estudos de crescimento económico.

Na visão económica tradicional, “o desenvolvimento significava a capacidade de uma economia gerar um incremento sustentável no produto nacional bruto a taxas de 5% a 7% ou mais” (o produto interno bruto também era comumente usado). A expectativa era que este crescimento se reflectisse na melhoria das condições de vida das massas. (Todaro e Smith, 2003, pp. 15-17)

Contudo, para Alpert (1963, p. 3) e Todaro e Smith (2003, p. 17), após muitas nações em desenvolvimento atingirem os objectivos de crescimento económico nos anos 1950 e 1960, os níveis de vida das massas permaneciam na maior parte constante, mostrando que a concepção de desenvolvimento havida até aquela altura era deficitária. Ou seja, enquanto alguns países experimentavam o crescimento económico, mostravam pouca ou até redução no emprego, igualdade e rendimento real.

É neste contexto que se firma a literatura em desenvolvimento económico, a qual segundo Todaro e Smith (2003, p. 1) pode ser alinhada em abordagens de (1) estágios de desenvolvimento linear, (2) padrões de mudança estrutural, (3) dependência internacional e (4) neoclassicismo – mercado livre, e mais recentemente, teorias que cobrem cada uma das componentes aqui mencionadas. As mesmas podem ser descritas nos seguintes termos:

- (1) O desenvolvimento era visto como uma série de estágios sucessivos de crescimento económico pelos quais todos países deveriam passar. Assentava na lógica de que com a quantidade certa de poupança, investimento nacional e investimento estrangeiro ter-se-ia o pacote necessário para permitir que nações em desenvolvimento seguissem o mesmo caminho que os países desenvolvidos. Desenvolvimento era, portanto, sinónimo de um rápido e agregado crescimento económico. Inclui-se nesta “escola” de pensamento, um dos seus principais advogados, o economista Walt W. Rostow (1916-2003) com a teoria dos estágios de desenvolvimento económico.
- (2) Focava-se nos padrões de desenvolvimento dos vários países e extraía ilações sobre modelos de desenvolvimento que um “típico” país em desenvolvimento deveria passar para ter um crescimento económico sustentável. Inclui-se nesta, autores como o economista Arthur W. Lewis (1915-1991), sendo a sua mais famosa teoria, a da economia dualista (de dois sectores).
- (3) O subdesenvolvimento era visto em termos de relações internacionais e domésticas, relações institucionais e de estruturas económicas rígidas em que os centros de produção dividiam-se em países desenvolvidos (centros) e países em desenvolvimento (periferia). Esta será a linha de pensamento seguida neste trabalho, a qual justificaremos com mais rigor nas próximas secções.
- (4) Advogava-se para um mercado livre, de economia aberta e privatização de empresas públicas. A falha em desenvolver, de acordo com esta teoria, estava na excessiva intervenção do governo. Incluem-se nesta, autores como a antiga economista-chefe do

Banco Mundial Anne Krueger (1934-) e o economista Jagdish Bhagwati (1934-), Professor na Universidade de Columbia.

Por outro lado, resumindo o raciocínio de Todaro e Smith (2003, p. 130-139), um elemento comum que falhou nas teorias ocidentais³ na busca pela explicação e solução para os países em desenvolvimento, está na desconsideração das condições estruturais, institucionais e sociológicas necessárias (como é o caso da educação, burocracia eficiente, mercados eficientes, motivação para o sucesso) para conversão do capital em maiores níveis de produção e produtividade.

Embora os teóricos mais tradicionais da teoria da dependência entendessem que a solução para o desenvolvimento passava pela apropriação por parte do Estado dos meios de produção ou pela eliminação das relações com os países capitalistas desenvolvidos, esta não será a linha de raciocínio seguida neste trabalho. Pelo contrário, toma-se como base a teoria da dependência para analisar a estrutura de desenvolvimento de Moçambique, sem necessariamente, assumir à partida, as conclusões das visões mais extremistas.

Por agora, observemos no próximo subcapítulo o sistema em que se reproduz o desenvolvimento das economias capitalistas.

2.2. Capitalismo global

Conforme Soros (1998, p. 131), “vivemos numa economia global, caracterizada não só pelo comércio livre de bens e serviços, mas também, pelos movimentos livres de capitais. As taxas de juro e câmbio, os preços dos títulos de diversos países estão intimamente correlacionados e os mercados financeiros globais exercem enorme influência na situação económica de cada país.” Perante o papel decisivo do capital financeiro internacional, diz ele, não será errado falar de um *sistema capitalista global*.

Este sistema é extremamente favorável ao capital financeiro, que pode ser movimentado para onde for mais bem remunerado, o que contribui para o rápido crescimento de mercados financeiros. Este capital traz grandes benefícios, não só o aumento da capacidade produtiva, mas também progressos ao nível dos métodos de produção e outras inovações; não só um aumento de riqueza, mas também o aumento da liberdade. Soros (1998, p. 132)

³ Uma das principais diferenças entre as linhas de pensamento aqui referidas, é que a teoria da dependência é a única que não se originou, principalmente, nos países desenvolvidos (ou do Ocidente), trazendo uma visão interna dos economistas dos países em desenvolvimento.

2.3. A Teoria (Marxista) da Dependência

Tendo sido dado o referencial de partida, o presente subcapítulo versa sobre as origens da teoria da dependência. Discute-se nas secções que se seguem, como efectivamente surgiu a teoria *marxista* da dependência, a principal referência na percepção do padrão de desenvolvimento adoptado por Moçambique.

A teoria de desenvolvimento através da Comissão Económica para a América Latina e Caribe – CEPAL, antítese da teoria da dependência é, portanto, o ponto de partida da análise, revelando-se neste exercício os aspectos que as diferenciam. Na última parte do subcapítulo, faz-se uma colocação breve das diferentes versões e a relevância desta teoria para interpretação do desenvolvimento africano.

2.3.1. Origens

A teoria surgiu na América Latina no início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento socioeconómico experimentado na região, em especial a partir da sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930-40. Como corrente teórica, a Teoria da Dependência se propunha a tentar entender a reprodução do modo capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, económicos e sociais entre países e regiões, de tal forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

Duarte & Graciolli (2007, p. 1) ilustram que “alguns anos antes tinha surgido a Teoria do Desenvolvimento que visava analisar e entender a mesma dinâmica”. Esta teoria teve o seu zénite na criação da CEPAL (Comissão Económica para América Latina das Nações Unidas) sob a liderança de Raul Prebisch, economista argentino, o mais destacado intelectual da CEPAL, cuja contribuição formou a base para a teoria da dependência económica.

É aos fundamentos desta que agora nos viramos uma vez que o nosso aporte teórico-conceitual surgiu como contraposição da mesma.

2.3.2. CEPAL e a Substituição de importações

Dos Santos (2000, p. 17) refere que as economias latino-americanas nos anos 30 e 40, sob impacto da crise económica mundial iniciada em 1929, se tinham orientado para a industrialização, caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências económicas centrais por uma produção nacional.

Isto ocorre num cenário de exacerbado protecionismo e nacionalismo, quando se restabelece através da hegemonia norte-americana, a integração da economia mundial, com o capital, concentrado então nos Estados Unidos a expandir-se para o resto do mundo. (Dos Santos, 2000, p. 17 e Nery, 2004, pp. 23-24)

Segundo Frank (1979, p. 6) e Dos Santos (2000, p. 1) esta realidade contestava a noção de subdesenvolvimento como falta de desenvolvimento, e sim, como o resultado da evolução do capitalismo, um sistema mundial que produzia ao mesmo tempo desenvolvimento e subdesenvolvimento.

A ideia central na Teoria do Desenvolvimento (também chamada Cepalina) é o entendimento do desenvolvimento enquanto um movimento evolutivo (Duarte & Gracchioli, 2007, p. 2). Os países avançados seriam os centros, caracterizados pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo, num processo pelo qual todos os países deveriam passar caso tivessem as condições adequadas. Enquanto isso, as nações atrasadas (periferias) se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização.⁴

2.3.2.1. Hipótese Prebisch-Singer

A grande ruptura trazida pela teoria cepalina, segundo Dos Santos (2000, p. 103) ocorre quando Prebisch e Singer⁵ demonstram, *“apoiados em dados históricos das Nações Unidas, que a troca entre produtos primários e manufacturados levava à deterioração nos termos de troca da região”*, ou seja, ambos constataram estatisticamente que no longo prazo os preços dos produtos agrícolas e matérias-primas tendiam a baixar enquanto o preço dos produtos manufacturados tendia a estabilizar-se ou mesmo a subir. Para além de tal facto fundamentar-se na explicação de que produtos manufacturados tem uma elasticidade renda de procura superior que a de produtos primários, há um limite à expansão do consumo de bens alimentícios por parte de cada família, na medida em que sua renda se eleva.

Prebisch verificou que a elasticidade da procura de bens de primeira necessidade tendia para zero à medida que aumentava o rendimento. Enuncia-se aqui a Lei de Ernst Engel (1821-1921), economista e estaticista alemão. As matérias-primas, por outro lado, já vinham sendo

⁴ Neto (2011, p. 84) e Bresser-Pereira (2010, p. 17).

⁵ Sir Hans Wolfgang Singer, economista britânico, também referenciado juntamente com Prebisch como precursores da teoria da dependência económica, pelos estudos sobre comércio internacional que chegaram a mesma conclusão de Prebisch, embora sem nenhum vínculo.

substituídas por produtos sintéticos, pelo que as exportações de produtos primários não ofereciam nenhum futuro.⁶

Aquele facto entrava em choque com as teorias económicas clássica e neoclássica, as quais afirmavam que as vantagens comparativas deviam levar cada país a especializar-se nos produtos para os quais demonstravam maior produtividade ou “melhor dotação de factores” para melhor competirem no mercado mundial.⁷

O modelo de desenvolvimento produzido pela CEPAL afirmava a industrialização como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento para economias voltadas para a exportação de produtos primários.⁸

Estrategicamente:

Resumindo o relato de Dos Santos (2000, pp. 68-70), com a substituição de importações, alimentada pelo superávit do sector de exportações, o Estado pagaria aos exportadores em moeda nacional, que eram obrigados a comprar no mercado interno seus produtos e nele realizar seus investimentos. Esta política cambial definia o valor da moeda nacional em função das moedas internacionais, através das taxas de câmbio, gerando um efeito profundo sobre a riqueza do sector exportador. Com a elevação dos salários na indústria e o poder aquisitivo consequente, criava-se um ciclo de crescimento.

Todavia, referem Bresser-Pereira (2010, p. 31) e Dos Santos (2000, pp. 69-74) que se criou em consequência um bloqueio estrutural ao desenvolvimento económico da região pela limitada dimensão revolucionária dos sectores exportadores daquelas economias. Assim, o desenvolvimentismo começou a perder sua força no início da década de 1960.

2.3.3. CEPAL versus Teoria Marxista da Dependência

Neste sistema centro-periferia, foram identificadas as transferências de valor que ocorriam da periferia para os países centrais eram resultado da abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (tema que será discutido adiante).

“A démarche teórica que ali realizei consistiu, essencialmente, em rejeitar a linha tradicional de análise do subdesenvolvimento, mediante a qual este se captava através

⁶ *Ibidem.*

⁷ *Ibid.*

⁸ *Idem* (2000, p. 64).

de um conjunto de indicadores, os quais, a seu turno, serviam para defini-lo: o resultado não era simplesmente descritivo, mas tautológico. Assim, um país seria subdesenvolvido porque seus indicadores relativos à renda per capita, à escolaridade, à nutrição, etc., correspondiam a certo nível de uma escala dada e esses indicadores se situariam a esse nível porque o país era subdesenvolvido. Tentando ir além dessa colocação enganosa, a CEPAL avançara pouco, ficando, como elemento válido de sua elaboração, a crítica à teoria clássica do comércio internacional e a constatação das transferências de valor que a divisão internacional do trabalho propicia, em detrimento da economia latino-americana.” Texto corrido de Marini (1991) disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html. Acessado a 28 de Novembro de 2017

A economia subdesenvolvida assim o era, sob jugo da teoria cepalina, porque os indicadores de desenvolvimento apresentavam resultados relativos que correspondiam ao nível em que a mesma se encontrava, sendo que os mesmos indicadores correspondiam a esse nível, porque o país era subdesenvolvido.

2.3.4. Das Correntes Da Teoria da Dependência

Um ponto digno de menção antes de prosseguirmos nesta esteira de pensamento é o da existência de um número de correntes da teoria da dependência. De acordo com Blonstrom e Heltne citados por Dos Santos (2000, pp. 19-20), as correntes e teorias da dependência surgidas no período 1960-1970 podem ser divididas nas seguintes:

- a) A crítica da CEPAL com a descoberta dos limites de um projeto de desenvolvimento nacional autónomo. Tem como autores Oswaldo Sunkel e Raul Prebisch, economistas chilenos e Celso Furtado, economista brasileiro.
- b) A corrente neo-marxista (a qual nos afiliamos) fundamentada em Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, economistas e cientistas brasileiros.
- c) Cardoso (sociólogo e presidente do Brasil 1995-2003) e Faletto, sociólogo chileno, numa corrente marxista mais ortodoxa pela sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e da impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento.
- d) André Gunder Frank, economista alemão, representando a cristalização da teoria de dependência fora das tradições marxista ortodoxa ou neo-marxista.

Não sendo propósito da nossa incursão resenhar os autores, mas tão-somente localizar o nosso ponto de partida, na nossa *démarche*, embasar-nos-emos no arcabouço neo-marxista na

busca pela compreensão do lugar ocupado por Moçambique no capitalismo mundial, pela inclinação marxista, a qual suportamos como elemento revelador das mais básicas relações sociais.

É especialmente interessante resgatar ideias da teoria da dependência para a análise da realidade africana, uma vez que o pensamento dominante consegue impor ao continente ainda uma imagem de “atraso”. A versão mais “sofisticada” desses argumentos enxerga na causa da pobreza africana tão-somente a corrupção de seus governos, a chamada “teoria do patrimonialismo africano”, sem inserir a análise da postura das elites africanas numa análise maior da história e situação do continente.

Bond, (2007, p. 3).

2.4. Necessidades de Expansão do Capital

Este subcapítulo divide-se entre a análise da criação do valor no capitalismo, a integração de África ao mercado mundial no contexto do colonialismo e os resquícios que daí resultaram. Procuramos compreender a razão da inserção do capitalismo em África, como elemento de inserção do país no capitalismo mundial.

2.4.1. Ímpeto capitalista

As características centrais do capitalismo são a desigual distribuição dos meios de produção e a sua natureza mercantil. O capitalismo apresenta de um lado uma minoria detentora dos meios de produção e do outro, uma maioria somente detentora da força de trabalho. A relação de classes que aqui se cria é desigual na medida em que o comprador da força do trabalho paga ao trabalhador menos do que a sua força produz. Assim, a diferença entre o que lhe-é pago ao que produz, é o rendimento não ganho pelo operário, mais precisamente, *mais-valia*. (Rima, 1977, pp. 231-232 e Ake, 1981, pp. 16-18).

Marx chamou à mais-valia obtida pela extensão do trabalho de *mais-valia absoluta* e a que resulta do aumento da produtividade de *mais-valia relativa*. (Donário e Santos, 2016, p. 24)

Rima (1977, p. 231) denota que durante o ciclo do capital monetário que se expande continuamente através do processo de produção, em que o capitalista avança com dinheiro, comprando factores de produção, é gerada a mais-valia no processo produtivo. Na mesma senda, ela demonstra que esta mais-valia surge porque conforme mencionado, o valor da força de trabalho (expresso monetariamente na taxa salarial de mercado) é inferior ao valor criado pelo trabalhador.

Este ciclo expansivo é acompanhado por um aumento na produção. Rima (1977, p. 234) refere que, porque isto ocorre num contexto de concorrência e o capitalista visa sempre maximizar o lucro, “o capital adicional será investido em sectores com taxas de lucro superiores que de outras indústrias. Por consequência, a taxa média de lucro tenderá a ser igual para todos os sectores.”

A taxa de lucro que aqui se refere é função da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital. A taxa de mais valia mede o nível de exploração, i.e., excedente produzido pelo trabalhador em relação ao custo do seu trabalho. Rima (1977, p. 234)

A composição orgânica do capital mede o relacionamento entre o capital variável – trabalho humano e capital constante – matérias-primas e meios de produção. Notavelmente, um aumento da composição orgânica tenderá a reduzir a taxa de lucro, porque o capitalista estaria a substituir trabalhadores por máquinas, que são a componente do capital que cria o excedente apropriado.⁹

A necessidade de adições de capital (principalmente para aquisição de equipamento mais eficiente) resulta na tendência decrescente da taxa de lucro do capital, ou seja, para qualquer quantidade de trabalhadores, um aumento nos meios de produção permitirá um aumento na produção.¹⁰

Contudo, Rima (1977, p. 234) revela que esta mudança tem consequências na produção do excedente/mais-valia, porque a mais-valia sempre vem do capital variável – que são os trabalhadores. Conclui assim que, a medida que a composição orgânica do capital aumenta em resultado da aquisição de mais meios de produção, a taxa de acumulação de mais valia tende a reduzir.

Como solução, o estudo de Donário e Santos (2016, p. 28) indica que o capitalista se serve de diferentes formas para contrapor esta contradição tais como: um aumento na intensidade da exploração; uma depressão dos salários abaixo do seu valor; a redução dos custos dos elementos do capital constante; e através do comércio exterior.

O fomento da revolução industrial, foi baseado nos métodos de obtenção da mais-valia aqui discutidos, com especial enfoque na mais-valia relativa, conforme discutiremos com base

⁹ Ver Rima (1997, p. 233) para mais detalhes.

¹⁰ *Ibidem*.

nos escritos de Marini adiante. Com efeito, e como se vê nas próximas secções, esta mesma revolução relegou para África, América e Ásia o papel de fornecedor de matérias-primas.

2.4.2. Colonialismo e a penetração capitalista em África (Herança do capital)

“À medida que as contradições do capitalismo se desenvolviam, capitalistas ocidentais tentaram contrapor os efeitos na acumulação, primeiro através de ajustes internos, mas eventual e inevitavelmente por transportar o capitalismo para novas terras. Este transplante do capitalismo da Europa Ocidental para África foi atingido através do imperialismo colonialista.” Ake (1981, p. 44, tradução própria)

Em Ake (1981), o imperialismo é implicitamente definido como sendo “(...) o controlo económico e exploração de terras estrangeiras que surge da necessidade de contrapor os impedimentos de acumulação do capital geradas pelas contradições internas da economia doméstica capitalista”.¹¹

Marx

Claude Ake (1981) também se baseou no materialismo dialéctico na análise do imperialismo em África. Ele menciona que o tratamento de Marx do capitalismo já contém implicitamente uma teoria do imperialismo, sendo que essencialmente o imperialismo é um resultado necessário do capitalismo.

Ake (1981, p. 23) e Rima (1977, p. 236) mencionam também que, na visão de Marx, a competição capitalista é, de facto, uma contradição do capitalismo pelo facto de resultar em aumento da produção, o que ocorre de mãos dadas com o aumento no uso de maquinaria na produção. Mas também implica no aumento da composição orgânica do capital, que é, o aumento do rácio de capital constante para capital variável. À medida que a composição orgânica do capital aumenta a taxa de lucro tende a decrescer.

Para esta última, Ake (1981, p. 24) esclarece que há pouco que o capitalista pode fazer para contrariar esta situação no longo prazo. Segundo ele, uma das coisas promissoras que pode fazer é reaplicar capital em terras onde a composição orgânica do capital ainda é baixa. Aqui, a mais-valia por unidade de trabalho é comparativamente superior. Conclui assim que, estas contradições tenderão a transportar o capitalismo para os países economicamente atrasados.

¹¹ Ake (1981, p. 20, tradução própria)

2.4.3. Imperialismo em África

Claude Ake (1981) parte de uma análise da relação entre revolução industrial e comércio internacional demonstrando a sua utilidade para entender o colonialismo imperialista em África, fenómeno tido como o que mais impacto decisivo teve na economia contemporânea de África.

Ake (1981, pp. 26-27) citando Hobsbawn (1968) no seu livro *Industry and Empire*¹², refere que este último encontra a resposta na mudança de carácter da relação entre a Europa Ocidental, e a Grã-Bretanha em particular, para a economia global. A que a revolução industrial foi gerada na Grã-Bretanha depois dos anos 1740 devido ao massivo crescimento da economia doméstica combinado com a expansão da economia internacional. Esta última por sua vez movida por:

- (1) crescimento na Europa de mercado para produtos do exterior cujo mercado poderia ser expandido;
- (2) na criação no exterior de sistemas económicos para produção desses bens; e
- (3) a conquista das colónias designadas para servir de vantagem económica dos seus proprietários europeus.

Com efeito, verifica-se que o comércio colonial trouxe um grande potencial de expansão em vendas e lucros para capitalistas.

Indica Ake (1981, p. 29) que a relação que aqui nasce entre revolução industrial e colonialismo traz alguma luz ao que terá acontecido no período 1875-1914 em que uma nova e violenta onda de colonialismo engoliu África. O desenvolvimento duma forte concorrência internacional entre as principais potências capitalistas pelos mercados e matérias-primas conduzindo ao imperialismo e a conflitos à escala mundial. Assim, África foi dividida entre as potências europeias e colonizada.

2.4.3.1. Da Economia Pós-Colonial

Conforme se depreende da secção anterior, o país já fazia parte do circuito internacional de circulação de mercadorias, na medida em que já tinha relações comerciais com diversos países, ainda que sob jugo colonial. A integração do país no capitalismo mundial, que nos interessa, é a de países formalmente independentes, o que acontece com a orientação do país para uma economia de mercado.

¹² “*Indústria e Império*”, tradução própria.

Assim sendo, interessa-nos olhar para as bases socioeconómicas com as quais a economia se abriu às relações capitalistas com o resto do mundo. Resumindo a interpretação de Ake (1981, pp. 40-65), indicamos as seguintes características como ponto de referência para a entrada ao capitalismo mundial:

- **Desarticulação da economia** - Economia matura (com estrutura firme e de difícil mutação); desenvolvimento concentrado; orientação externa herdada do colonialismo; cenário de rígida divisão internacional do trabalho.
- **Tendências monopolísticas** - Dificuldades em quebrar o monopólio constituído e sua persistência na era pós-colonial e o surgimento de empresas paraestatais.
- **Base de recursos limitada/estreita** - Não diversificação da economia; dependência de ganhos de trocas externas de poucas exportações primárias, que vem da era colonial.
- **Dependência**
 - **Tecnológica** - Fragilidade tecnológica e um padrão consistente de dependência dos países capitalistas (em parte pelo carácter monopolístico do mercado da tecnologia).
 - **Comercial** - Maiores exportações destinadas aos ex-colonizadores e seus aliados do ocidente; dependência do capital financeiro do ocidente.
- **Específicas relações sociais de produção** - Nas relações entre capital e trabalho, pelo aumento do proletariado o crescimento da taxa de emprego no que é convencionalmente chamado sector informal (proletariarização); desenvolvimento da nacionalização da economia aliada ao capitalismo e um Estado bastante envolvido na luta de classe

Na mesma linha de pensamento, a transformação ou mudança tendo como base uma dinâmica colonial deficitária, revelava quão complexa a dependência era neste contexto. A seguir, resumimos a visão de Ake (1981, pp. 40-65) ao demonstrar as consequências das tentativas de mudança geralmente implementadas, para eliminar os problemas acima identificados:

- **Desarticulação da economia** - Substituição das importações, por um lado, caracterizada por importação pesada de matérias-primas resultando em balanças de pagamento deficitárias e intensificação da produção primária para pagar importações de matérias-primas. Por outro lado, promoção das exportações, com restrições de acesso aos países industrializados e aumento substancial de importação de bens de capital com efeito desfavorável na balança de pagamentos.

- **Tendências monopolísticas** – Extensão do papel económico do Estado, resultando na criação de monopólios fracassados de empresas estatais e nacionalizações que permitiram acumulação para a o benefício da burguesia africana.
- **Base de recursos limitada/estreita** – Baixa diversificação e baixa produtividade agrícola com desenvolvimento industrial não condutivo à diversificação de recursos.
- **Dependência**
 - **Tecnológica** – Perpetuação da dependência de países desenvolvidos devido a rigidez nos preços da tecnologia, uso limitado e determinado por patentes
 - **Comercial** – Ajuda externa e investimento estrangeiro tidos como solução que, contudo, elevou a dependência financeira.
- **Específicas relações sociais de produção** – A participação do estado na economia criou oportunidades para o enriquecimento de classes governantes e manipulação de empresas estatais, bem como lutas pela perpetuação do poder político como forma de alcançar domínio económico.

2.5. A Nova Economia

Neste subcapítulo, o esforço foi no sentido de escalpelizar a roupagem da dependência, como se é definida pela teoria marxista da dependência, para verificar com base em elementos objectivos, a sua aplicabilidade na explicação dos fenómenos económicos no país.

As primeiras secções discutem a troca desigual, superexploração do trabalho, funcionamento do capital, nova divisão de trabalho e relação entre o capital financeiro e dependência, sendo o último uma súmula das novas características trazidas pelo capital internacional.

Isto dito, o que traz de novo a teoria da dependência, é, como já referenciado, a relação de dependência entre nações formalmente independentes. Esta relação de dependência, mais do que política, é das relações sociais de produção.

“Dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, dentro da qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência.” Marini (1991)¹³

¹³ Tradução própria. Disponível em http://www.marini-escritos.unam.mx/004_dialectica_es.html. Acessado a 15 de Dezembro de 2017

2.5.1. O segredo da troca desigual

Frank (1979, p. 100) e Marini (1991) denotam que o desenvolvimento das relações mercantis e a divisão internacional de trabalho colocam bases para que uma melhor aplicação da lei do valor¹⁴ tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la.

Assim, referem que o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado. Contudo, inferem Marini (1991) e Bambirra (2013, p. 142), há mecanismos de transferência de valor que passam por cima dessas leis de intercâmbio, que ocorrem essencialmente de duas formas:

(a) pela aplicação por nações com maior produtividade de preços de mercado superiores aos que os preços de produção permitem, sendo estes últimos inferiores que de seus concorrentes criando um lucro extraordinário; e

(b) pela produção de mercadorias exclusivas entre nações que trocam distintas classes de mercadorias (manufacturas e matérias-primas) que permite a venda de produtos a preços superiores que o seu valor, iludindo a lei do valor, o que configura, necessariamente, uma troca desigual – a nação desfavorecida cede parte do valor que produz em benefício da nação com maior produtividade.

Bambirra (2013, p. 142) e Marini (1991) identificam um mecanismo de compensação por parte da economia dependente para compensar a perda criada¹⁵, referindo que “pelo facto da tecnologia poupar mão de obra, a utilização de tecnologia gera a necessidade de intensificar a exploração do mercado existente, o que é feito essencialmente, por uma maior exploração do trabalhador através dos métodos de obtenção de mais valias ora referidos”.

2.5.2. Superexploração do trabalho

Vimos anteriormente que a troca desigual leva à compensação pela perda de mais-valia na economia dependente, que por ser incapaz de impedi-la ao nível das relações de mercado, a reacção da economia dependente é compensá-la no plano de produção interna.

¹⁴ Recorde-se que, para Marx, o valor do trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução dela. Flores (2013, p. 9)

¹⁵ Destaca Marini (1991), secundado pela verificação da Hipótese Prebisch-Singer que este é o método pelo qual a economia dependente procura compensar a transferência de mais-valia, a superexploração do trabalho.

Note-se que este modo particular de acumulação criado nas economias periféricas de nada tinha a ver com o desenvolvimento das forças produtivas, uma vez que era aí onde elas mais lentamente se desenvolviam. A economia exportadora caracterizada pela produção primária, facilmente permitia um incremento na produção por via da acção do homem, possibilitando em grande medida a não variação dos elementos do capital constante quando comparado com a indústria fabril.¹⁶

Para Frank (1979, p. 122) e Marini (1991), nessas circunstâncias, a actividade produtiva baseia-se sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, através de uma remuneração abaixo do custo desse trabalho, o que faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro.

2.5.3. Ciclo do capital na economia dependente

Pode-se entender de Frank (1979, p. 117) que a produção destas economias não depende da capacidade interna de consumo para sua realização, uma vez que se centra sobre o mercado mundial. No contexto do ciclo do capital, ocorre a separação dos dois momentos fundamentais — a produção e a circulação de mercadorias.

Marini (1991) identifica uma separação na esfera de circulação que se caracteriza pela depressão dos níveis de demanda interna por via do sacrificio individual erigindo à exportação a única saída para a produção.¹⁷

Frank (1979, p. 118) justifica que a falta de ligações que potenciam um desenvolvimento interno não existem nestas economias devido ao controlo estrangeiro da comercialização de produtos primários, assim como controlo sobre a tecnologia e meios de produção resultando num:

(1) limitado potencial de desenvolvimento local entre sectores pela transferência do processamento para metrópole;

(2) limitação do processamento doméstico em caso de conflito entre os interesses políticos, económicos e financeiros dos países desenvolvidos;

¹⁶ *Ibidem.*

¹⁷ *Ibid.*

(3) transferência do investimento e infraestrutura para capitalizar actividades de exportação ignorando outros sectores e

(4) importação de bens que competem com produtos produzidos localmente através de preços competitivos.

Existe, portanto, uma harmonia ilusória encoberta pela dinâmica de consumo e interação entre os países periféricos e os países centrais que, quando o sistema atinge um grau de desenvolvimento suficiente molda a industrialização. Viremo-nos agora ao estudo deste processo.

2.5.4. Processo de Industrialização

O desenvolvimento industrial não acarretou uma mudança qualitativa no desenvolvimento económico desses países pois a indústria continuou sendo uma actividade subordinada à produção e exportação de bens primários.¹⁸

Conforme explica Marini (1991), no início da industrialização latino-americana os trabalhadores em nada influenciavam na demanda pelos bens manufacturados, não havendo razões por parte da indústria de aspirar uma situação distinta. Mesmo com equilíbrio entre a oferta e a demanda — isso não colocará de imediato para o capitalista a ampliação do mercado, levando-o antes a jogar sobre a margem entre o preço de mercado e o preço de produção, ou seja, sobre o aumento da massa de lucro em função do preço unitário do produto, através da superexploração do trabalho.

O modo de circulação na economia exportadora é o de uma economia industrial dependente caracterizada pela separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia.¹⁹

Assim, dois movimentos caracterizam as adaptações da economia industrial dependente: a ampliação do consumo das camadas médias, que é criado a partir da mais-valia não acumulada, e o esforço para aumentar a produtividade do trabalho, condição *sine qua non*²⁰ para baratear as mercadorias. À medida que se desenvolve a indústria e coincide a oferta em

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ Cf. Ciclo do capital na economia dependente.

²⁰ Condição de excelência.

linhas gerais com a demanda existente, constituída pela esfera alta da circulação surge então a necessidade de generalizar o consumo de manufacturas.²¹

Procede Marini (1991) em afirmar que esse mecanismo é o recurso à tecnologia estrangeira, destinado a elevar a capacidade produtiva do trabalho. Na secção seguinte, procuramos compreender como a tecnologia reforça os laços de dependência.

2.5.5. Nova divisão de trabalho

Para começar, Marini (1991) refere que o traço significativo do período pós II guerra mundial é que o fluxo de capital para a periferia se orienta de forma preferencial para o sector industrial.

Igualmente, Frank (1979, p. 122) e Bamberra (2013, p. 134) indicam como condição que a penetração do capital estrangeiro é uma consequência da dependência que a industrialização apresenta da importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas elaboradas e/ou semi-elaboradas pelos países capitalistas desenvolvidos.

O que ocorre, verifica Bamberra (2013, p. 137), é que essas condições estruturais levaram à abertura dessas economias para a penetração do capital estrangeiro. Para Marini (1991), é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial, sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente.

Para as sociedades baseadas em exploração de trabalho, a introdução do progresso tecnológico era dada da seguinte forma – dada a elevada disponibilidade de mão-de-obra, a recomendação tem sido no sentido de adopção de tecnologias que incorporem mais força de trabalho, com objectivo de defender os níveis de emprego. Isto representa um duplo engano pois leva a um menor desenvolvimento e confunde os efeitos sociais capitalistas da técnica com a técnica em si.²²

²¹ *Idem.*

²² *Ibid.*, tradução própria.

2.5.6. Capital Financeiro e Dependência

Outro elemento relevante no desenvolvimento industrial da economia dependente reside no facto de que, como demonstra Bambirra (2013, p. 139), o capital estrangeiro tem um mecanismo de controlo que deriva da forma como as empresas imperialistas funcionam, ou seja, dos lucros obtidos, parte é reinvestida e outra parte é enviada ao exterior como remessa de lucros que aumenta através do pagamento de royalties, serviços técnicos e depreciação, que como resultado, descapitalizam a economia.

Adiciona Bambirra (2013, p. 139) que os déficits resultantes, são supridos com ajudas externas que aumentam o serviço da dívida externa, aumentando o mesmo déficit que inicialmente procuravam resolver. Isto é por dizer que, os investimentos estrangeiros provocam descapitalização que exige novos investimentos estrangeiros.

Marini (1977, p. 11) destaca que a simbiose entre o capital industrial e financeiro em última instância levou à uma mudança de paradigma do simples centro-periferia de manufacturas por alimentos e matérias-primas para uma realidade evoluída em que parte das actividades dos países centrais passaram para a periferia.

De forma sumária, Bambirra (2013, p. 131) e Marini (1977, p. 11 *et seq*) concluem que estas novas características subordinaram a burguesia local ao capital internacional como algo imanente ao imperialismo. Tais podem ser resumidamente compreendidas como:

1) Elevada concentração da produção e do capital

Com a ampliação da escala de acumulação, sendo um fenómeno natural; não obstante, pelas condições económicas dos países avançados, em que são maiores os níveis tecnológicos e o capital mínimo exigido para pôr em marcha a produção, o investimento estrangeiro, ao incidir na economia mais atrasada, provoca uma forte concentração do capital e conduz à centralização.

2) Exportação de capitais

Sendo que não constituem um elemento novo por si, no capitalismo contemporâneo caracterizam-se pela escala alcançada fora dos seus países de origem, sua predominância em termos de investimentos de capital e, mais recentemente, aos empréstimos e financiamentos, amplitude geográfica e percentagem cada vez maior dedicada a indústria manufactureira.

3) Internacionalização do mercado interno

A vinculação do capital estrangeiro a um sector da estrutura produtiva nacional, tem como contrapartida a sua desnacionalização (ou o que é mesmo, integração a economia mundial) em termos de propriedade, ainda que não ocorra a subtracção à economia nacional.

4) Industrialização

Ocorre uma alteração nas formas e modelos de industrialização dependente, uma vez que, das interacções com o capital, diferentes processos correm nestas economias, trazidos pela inovação tecnológica com impacto directo no capital humano. A elevação do nível tecnológico irá em certa medida, pelas limitações da taxa de investimento, torar-se a razão do aumento da reserva industrial. Ter-se-á uma economia industrial que se irá expandir apoiado no mercado constituído pelos capitalistas divorciando-se das necessidades de consumo das massas.

5) Exportações de Manufacturas

As empresas estrangeiras localizadas nas periferias destinavam a maior parte das suas produções ao mercado local, e somente o remanescente para exportação. Entretanto, as exportações de manufacturas tornam-se a maior parte da produção – ocorre que em parte isto se deve ao papel desempenhado pelas filiais – uma característica é o facto de que a montagem de componentes é relegada para esses países e os devolvem para o processo final pois não há necessidade de conquistar mercados (é somente uma fase do processo de produção que se realiza no mercado nacional alheio àquele em que o ciclo tem lugar).

6) Subimperialismo

Define-se o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente ao chegar a etapa dos monopólios e do capital financeiro.

Este torna-se num subcentro pela elevada composição orgânica do capital em escala mundial e pelo exercício de políticas relativamente autónomas, que não somente se acompanha de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista assim como mantêm a hegemonia exercida pelo imperialismo a escala mundial.

2.6. Críticas aos modelos dependentistas e base de análise

Discorrida a literatura relevante para a nossa análise, e para clarificar, as soluções normalmente propostas pelos autores da teoria da dependência, no seu sentido mais extremista, advogavam pela quebra de relações com o capitalismo, uma vez que o raciocínio indicava as relações capitalistas como sendo uma das causas da pobreza dos países subdesenvolvidos. Veja-se, podemos resumir a linha até aqui traçada nos seguintes moldes: o modelo de expansão capitalista nasce da necessidade do capital buscar maiores taxas de lucro, tendo sido esta a principal motivação da integração de África no capitalismo mundial.

As economias africanas descolonizadas partem para uma integração competitiva com economias desarticuladas e dependências próprias da fase que antecede a independência, e neste contexto que o poder das economias desenvolvidas prejudica as economias da periferia. É esta descompensação nas trocas comerciais, o trabalho mal pago e extracção de capitais que torna essas economias mais dependentes, relegando o papel secundário de actuação no mercado internacional com a introdução do capital financeiro, por via da produção maioritária de produtos primários com pouco ou nenhum valor tecnológico agregado ou pela importação de parte das actividades dos países do centro para os da periferia.

Uma crítica geral ao modelo dependentista, reside no facto de a visão extremista propor o corte de relações capitalistas ou uma maior intervenção estatal, de cariz praticamente socialista, porquanto o fechamento da economia ou a excessiva intervenção parecem trazer resultados contraproducentes.

Assim, os conceitos relevantes para nossa análise passam pelo exame dos níveis de concentração da produção e capital, os respectivos fluxos; o papel do mercado interno nas trocas internacionais; a industrialização e tipologia de produção e exportação bem como o subimperialismo.

3. METODOLOGIA

3.1. Abordagem metodológica

“O método é o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.” Marconi e Lakatos (2003, p. 83)

Na busca pelo método científico adequado a démarche que nos propusemos seguir, a abordagem metodológica seleccionada para o trabalho se baseia no método dialético, que penetra o mundo dos fenómenos através de sua acção recíproca, da contradição inerente ao fenómeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade. Segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 99), podem ser resumidas assim:

- a) As coisas não estão isoladas, mas funcionam como um todo unido, coerente. Elas dependem de si e, ao mesmo tempo, condicionam-se reciprocamente.
- b) Todo movimento, transformação ou desenvolvimento opera-se por meio das contradições ou mediante a negação de uma coisa - essa negação se refere à transformação das coisas.
- c) A mudança das coisas não pode ser indefinidamente quantitativa: transformando-se, em determinado momento sofrem mudança qualitativa.
- d) interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários – a realidade é caracterizada por contradições internas, que são a causa da sua mudança, e dessa mesma contradição resulta a inovação – a luta entre o velho e o novo e esta contradição encerra dois termos que se opõem, mas que fazem parte da mesma coisa.

Neste trabalho, o método usado na análise, o materialismo dialético, é fundamentalmente caracterizado pela visão do social como um todo, como um sistema extremamente complexo de relações, cuja lógica não se pode apreender isolando um aspecto dos demais, conforme sugere Thalheimer (2014, p. 4).

Assim, a dependência que aqui analisamos não é tida como um aspecto isolado dos demais, mas que se origina no carácter dinâmico da realidade. O aspecto histórico permite identificar o estado das economias como um processo de transformações incessantes, conflituantes e contraditórias.

A dialéctica de Marx, resulta da sua reforma ao método dialéctico de Hegel²³, que essencialmente mostra uma forma de pensar na realidade em constante mudança através de termos contrários que dão origem a um terceiro (tese, antítese e a síntese que seria o resultado das duas primeiras). Todavia, a visão de Hegel era idealista – o que determinava a acção dos homens seriam os seus ideais enquanto Marx pensava exactamente o contrário – que o mundo material condicionava as ideias dos homens, daí o materialismo dialéctico. Franco (2012, pp. 41-42)

Entende Franco (2012, pp. 44-46) que esta concepção materialista desenvolvida por Marx, baseia-se no pressuposto de que as condições materiais produzem as ideias dos homens e, ao desenvolverem a sua produção, transformam a sua realidade, transformando o seu pensar. Estas condições materiais devem ser compreendidas no contexto histórico, sendo as mesmas produzidas pelo homem, são sujeitas as alterações dos homens. É, portanto, uma interacção dialéctica.

3.2. Procedimento metodológico

O procedimento metodológico na qual a pesquisa se baseou é o monográfico ou estudo de caso. Zanella (2013, p. 38) e Lakatos e Marconi (2003, p. 107) indicam que o método monográfico ou estudo de caso tem como princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de todos os casos semelhantes, o método monográfico consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os factores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos.

Para presente pesquisa foi conduzido o seguinte estudo de caso: *Moçambique: Uma economia dependente?*, com o intuito de avaliar o padrão de desenvolvimento de Moçambique no contexto do capitalismo mundial sob a óptica da Teoria Marxista da Dependência.

²³ Georf Wihekm Friedrich Hegel, Filósofo alemão mais conhecido pelo desenvolvimento do método dialéctico de análise, com fundamento idealista.

3.3. Técnicas de pesquisa

“Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.” Lakatos e Markoni (2003, p. 173)

Como técnica de análise, o trabalho se caracteriza por utilizar uma documentação indirecta, fase da pesquisa realizada com o intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse. A documentação indirecta inclui a pesquisa documental, em que a fonte de colecta de dados está restrita a documentos e pesquisa bibliográfica (fontes secundárias). Lakatos e Markoni (2003, p. 182)

Manzo (1971, p. 32) citado por Marconi e Lakatos (2003, p. 183) refere que a bibliografia pertinente “oferece meios para definir, resolver, não somente ver problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente.”

No presente trabalho, a informação foi obtida a partir de fontes secundárias - livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses, bem como de fontes primárias – estatísticas económicas obtidas nos relatórios do Banco de Moçambique, Banco Mundial e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no período em análise (1995-2018).

Os principais conceitos que fundamentam o tema do trabalho passam pelo intercâmbio desigual, superexploração do trabalho e a transferência de valor para os países do centro a partir dos países periféricos com principal enfoque para as obras de Ruy Mauro Marini²⁴, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank, como base da pesquisa, por serem os autores marxistas da teoria da dependência.

É fundamental referir que, embora o ano inicial do recorte seja 1995, para algumas análises o ano inicial das séries não é 1995 devido a (in)disponibilidade de dados ou qualidade da informação que se pretende apresentar. O recorte temporal é propositado ao período em que o país se orienta para a liberalização e consequente economia de mercado.

²⁴ Ruy Mauro Marini (1932-1997) foi um economista brasileiro e sociólogo. Marini é internacionalmente conhecido como um dos criadores da teoria da dependência.

3.4. Técnicas de colecta e análise dados

Quando ao tipo de pesquisa de campo, esta pesquisa enquadrou-se na pesquisa exploratório-descritiva. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 185), estes são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenómeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas.

No caso em apreço, uma descrição qualitativa fundamentada em pesquisas recentes e quantitativa baseada em séries temporais permite descrever o padrão de inserção adoptado por Moçambique a partir da década de 1990. O estudo quantitativo é baseado na análise da vulnerabilidade externa e tendências de certas variáveis macroeconómicas de 1995 a 2018.

3.5. Interpretação dos resultados da pesquisa

O princípio de análise é de que o desenvolvimento económico se dá de modo dialéctico numa estrutura económica global que o molda, mas também é moldada pelo mesmo. Na nossa análise, o esforço feito foi em integrar a análise económica numa análise mais ampla ou mais profunda da realidade social, pelo que, do ponto de vista da práxis, a teoria da dependência procura superar as propostas científicas importadas dos países centrais para a busca de um pensamento próprio.

Para o caso em apreço, a análise do desenvolvimento de Moçambique, puramente baseada em indicadores económicos, torna os resultados restritos e limitados por teorias que geralmente pressupõem que os indivíduos são racionais e independentes, e que sempre tomam decisões financeiras com base na razão.

Com o advento da economia comportamental, tornou-se evidente que esse axioma pode não constituir verdade absoluta, sendo, portanto, abstrato discutir de forma puramente quantitativa, temas económicos relacionados com desigualdades sociais, exploração, pobreza, alienação económica e política e afins, assim como as complexidades que derivam das relações sociais de produção.

É neste contexto que, não só nos propomos a efectuar uma análise económica do desenvolvimento de Moçambique no contexto do capitalismo mundial, questionando a razão de ser do estado da economia, mas também questionamos esses mesmos resultados em função da envolvente histórica e social do país, porque acreditamos que a posição em que o mesmo se

encontra, também é resultado desses factores e não de um processo de evolução constante, no qual não se atingiram ainda os resultados esperados.

Nestes moldes, as soluções propostas ao problema de pesquisa passam também por uma mudança nesses mesmos factores de cariz social e não tão-somente limitados aos meios típicos de política económica como proposta para solução dos problemas do país.

4. ESTUDO DE CASO - MOÇAMBIQUE: UMA ECONOMIA DEPENDENTE?

Nesta parte do trabalho, responderemos à questão em epígrafe e, para tal, procuramos evidenciar a existência, ou não, da superexploração, das trocas desiguais e das transferências de capital, embutidas nas características discutidas na revisão bibliográfica.

O ponto de partida da nossa pesquisa será a análise da ligação ao mercado externo estabelecida entre Moçambique e os países capitalistas. Nesta análise, a volatilidade dos indicadores de comércio externo demonstra o quão vulnerável a economia moçambicana é. Portanto, a vulnerabilidade demonstra, até certa extensão, o quão um país formalmente independente é dependente do resto da economia.

O processo de industrialização, internacionalização e exportação de manufacturas é reflexo de como, diversamente discutido, a dependência não significa desindustrialização, o que será feito através da análise da pauta de exportações de Moçambique.

A concentração e exportação do capital, necessariamente relacionadas, mostrarão como a origem dos capitais de investimento é fundamentalmente baseada no estrangeiro, daí a sua inevitável concentração em termos de fluxo centro – periferia.

A avaliação do subimperialismo, reflecte um estágio de desenvolvimento qualificado como superior ao dos níveis das periferias, mas inferior que dos centros, sendo, portanto, um subcentro de acumulação.

4.1. Análise da Vulnerabilidade externa

Para esta análise, baseamo-nos na metodologia da Economia Política Internacional (EPI) e nos conceitos de vulnerabilidade externa desenhados por Reinaldo Gonçalves (2005). Para este autor, “a vulnerabilidade externa é a probabilidade de resistência a pressões, factores desestabilizadores e choques externos, bem como o custo dessa resistência.” Gonçalves (2003 *apud* Gonçalves, 2005, p. 19)

Segundo Gonçalves (2005), o método da EPI procura superar as limitações da EPI *mainstream* focada no Estado e no mercado. Aqui, busca-se capturar a essência das relações internacionais.

“A EPI é um método de análise que tem como foco a dinâmica do sistema económico internacional em suas distintas esferas e dimensões, que resulta das decisões e acções de actores nacionais

e transnacionais, cuja conduta é determinada por factores objectivos e subjectivos”.²⁵

Ele refere que a dinâmica do sistema económico internacional compreende relações, processos e estruturas. As relações significam interação. As esferas são a comercial – comércio de bens e serviços; a produtivo-real – deslocamento de produtores de bens e serviços através de investimento directo; a tecnológica - transferência de activos intangíveis e conhecimento e a monetário-financeira – fluxos de capital. (Gonçalves, 2005, p. 20)

Indicadores de Vulnerabilidade Externa²⁶

Os indicadores de vulnerabilidade económica externa, nas esferas comercial, produtivo-tecnológica e monetário-financeira, são os seguintes²⁷:

- Esfera comercial (5 indicadores): exportação de bens e serviços/PIB; crescimento real do comércio (exportação + importação) de bens e serviços - crescimento do PIB real; índice de concentração das exportações; reservas internacionais líquidas [exclusivos recursos do FMI/importação de bens e serviços; e taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens
- Esfera produtivo-tecnológica (6 indicadores): stock de investimento externo directo [IED/PIB; stock de IED/exportação de bens e serviços; stock de IED em serviços/stock de IED total; gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico/PIB; exportação de produtos intensivos em tecnologia/exportação de manufaturados; e pagamento de tecnologia/ gastos com P&D
- Esfera monetário-financeira (5 indicadores): dívida externa total/exportação de bens e serviços; dívida com FMI/dívida externa total; renda líquida/exportação de bens e serviços; serviço da dívida pública e garantida pelo sector público/exportação de bens e serviços; e ajuda externa/importação de bens e serviços.

As estatísticas descritivas dos índices são apresentadas na tabela abaixo. Estes dados referem-se ao período 1995-2018 e capturam, momentos específicos tais como os anos 2009 e 2015, que são períodos pós-crise. Esta análise faz-se importante pois os choques na economia

²⁵ Gonçalves (2005, p. 11)

²⁶ O IVE – Índice de Vulnerabilidade Externa, propriamente dito, baseia-se nos índices aqui calculados, através da seguinte fórmula $IVE = \frac{IVCO+IVPT+IVMF}{3}$, contudo dado o exercício a que corresponderia efectuar estas análises para todos os países, a nossa análise limitou-se ao teste dos coeficientes propostos por Reinaldo Gonçalves, autor do método da EPI.

²⁷ O Quadro 5.A.1 no apêndice, extraído de Gonçalves (2005: p. 144), apresenta os conceitos e as hipóteses de comportamento dos indicadores em estudo.

internacional irão revelar quão significativos são os impactos das crises na esfera económica nacional.

Ao longo da série temporal em análise, Moçambique apresenta uma vulnerabilidade externa, na esfera comercial, tendencialmente crescente. Note-se que por herança do capitalismo, e consequente falta de diversificação, a interação comercial foi, por defeito, de exportação de produtos primários. Os mecanismos de transmissão de crises internacionais facilmente trazem à economia local o resultado dos choques externos.

Tabela 1 - Indicadores de Vulnerabilidade Externa: 1995-2018

	1995	2000	2005	2009	2012	2015	2017	2018
Esfera Comercial								
Exportações / PIB	13.21%	12.83%	30.19%	29.97%	32.38%	32.22%	40.72%	40.71%
Cresc. Do Comércio de Bens e Serviços - Cresc. do PIB Real	-2.72%	2.70%	-13.65%	7.43%	36.17%	-9.06%	1.42%	S/D
Export. Moçambicanas (% das Exportações Mundiais)	0.0052%	0.0081%	0.0180%	0.0206%	0.0216%	0.0224%	0.0224%	0.0234%
Reservas Internacionais Líquidas / Importações	S/D	35%	31%	41%	21%	19%	16%	27%
Taxa Cresc. Longo Prazo do Valor das Export. de Bens (1995-2007) (08-17)	19%				6%			
Esfera Produtivo-Tecnológica								
Stock de IED / PIB	2%	3%	2%	9%	37%	26%	18%	19%
Stock de IED / Exportações	14%	22%	5%	28%	28%	114%	45%	46%
Stock de IED - Serviços / Stock IED TOTAL		S/D	51%	21%	5%	39%	26%	9%
Gastos em P&D (% do PIB)	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D
Exportação de Produtos Intensivos em Tecnologia (% das Exportações Manufacturadas)	4%	9%	8%	10%	25%	12%	12%	6%
Pagamentos em Tecnologia / Gastos com P&D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D	S/D
Esfera Monetário-Financeira								
Dívida Externa Total / Exportações	22.51	10.38	2.57	1.87	1.54	2.91	2.95	S/D
Dívida com FMI / Dívida Externa total (PPG e FMI só como percentagem de exportações de bens e serviços)	33%	8%	3%	1%	2%	6%	5%	S/D
Renda Líquida Enviada ao Exterior / Exportações	-33%	-30%	-15%	-8%	-2%	-6%	-8%	-5%
Serviço da Dívida Pública /Exportações	47%	11%	3%	1%	2%	6%	5%	S/D
Ajuda externa / Importações	74%	46%	36%	45%	17%	17%	19%	S/D

Fonte: Elaboração própria com dados da UNCTAD, Banco Mundial e FMI (1995-2018)

O coeficiente de reservas líquidas por importações indica o risco de *default* durante o período em análise em média de 70%, revelando elevada fragilidade aos choques externos. Apesar do franco crescimento de exportações em resultado de investimento na área agrícola e extractiva, as reservas internacionais criadas em parte por este crescimento das exportações foi contrabalançado pelo elevado valor das importações, razão pela qual a balança de transacções correntes é historicamente deficitária, conforme demonstra análise do autor na tabela 1 acima.

Um ponto de realce, parece haver uma forte integração entre o crescimento do comércio exterior (volume) e do PIB (reflecte-se pelas taxas próximas de zero), o que indica que a elasticidade do comércio em relação à renda no período é elevada. Um crescimento do PIB excessivamente dependente das variações do comércio exterior, revelam um mercado interno com oferta incapaz de satisfazer a demanda agregada.

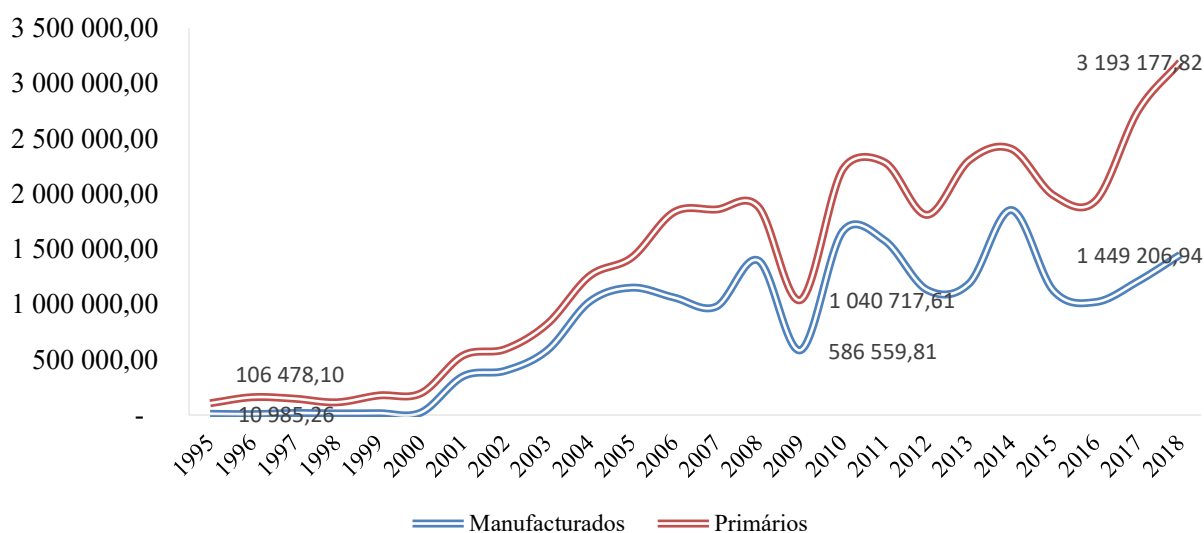
De forma consistente, e, conforme análise efectuada na tabela 1, na esfera produtivo-tecnológica, os elevados influxos de IDE criaram uma elevação no passivo externo nas contas nacionais, tendo atingido picos de 37% em 2012 para o rácio de IED pelo PIB e 114% para o rácio de IED por exportações em 2015. Isto revela um elevado grau de desnacionalização da economia nacional, uma vez que o país possui pouca capacidade de resistir a pressões externas e releva o comprometimento da receita do comércio exterior na remessa de lucros do mesmo IDE.

4.2. Pauta de Exportações

Em consonância com os rácios da esfera comercial, a série temporal agregada de exportações, demonstra uma evolução do comércio exterior durante o período em análise, tendo uma tendência de crescimento maioritariamente similar entre produtos manufacturados e primários.

A tendência crescente foi somente quebrada nos anos de 2009 devido a crise *subprime* e nos anos 2015 e 2016 devido a factores exógenos, nomeadamente, a queda nos preços das *commodities* e a forte valorização do dólar. Agravou-se a crise ainda pelas dívidas ocultas e instabilidade política interna.

Gráfico 1 - Exportações por Factor Agregado em milhões de US\$: 1995-2018



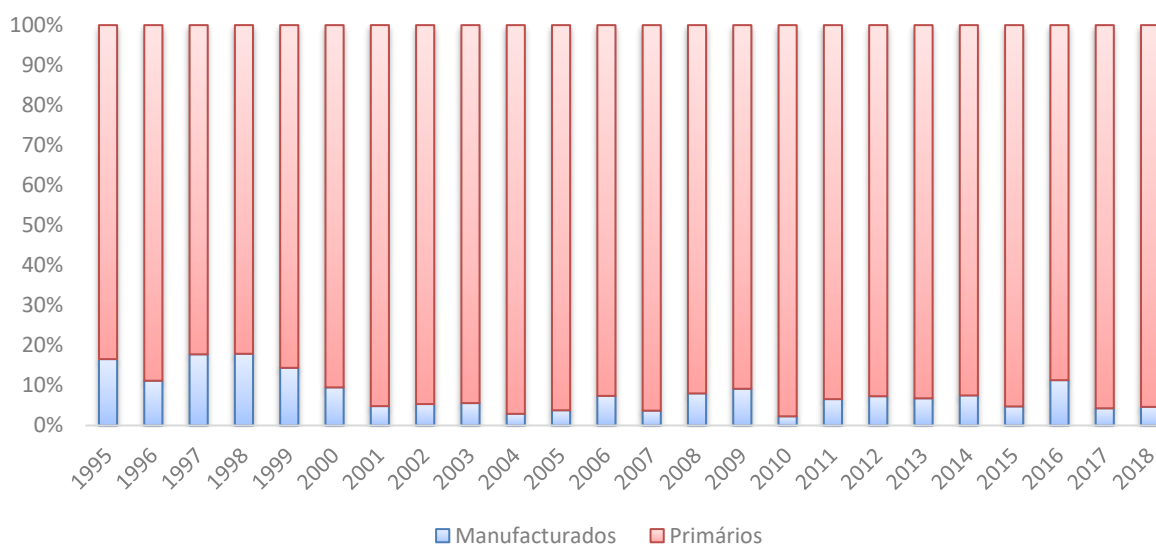
Fonte: Elaboração própria com dados da UNCTAD (1995-2018)

Esta imagem parece evidenciar a posição periférica do país caracterizada por maiores níveis de exportação de produtos básicos e com uma tendência de crescimento superior para produtos manufacturados. Em 2018, a exportação de produtos primários foi superior em 120%

que os manufacturados. (Vide Indicadores de Vulnerabilidade Externa na Tabela 1, elaborada pelo autor)

Ao cruzar os dados do gráfico 2 a seguir, com os do gráfico anterior, nota-se que apesar do crescimento no volume de exportações de bens, tais exportações são compostas, essencialmente, por produtos primários. Para toda a série, a exportação de primários esteve sempre acima de 70% do total do volume de exportações.

Gráfico 2 - Composição das Exportações por Factor Agregado



Fonte: Elaboração própria com dados da UNCTAD (1995-2018)

Esta composição reflecte uma especialização na divisão internacional de trabalho: a especialização na produção de bens primários. A posição de exportador primário efectivamente não se reverteu, pelo contrário, se agravou.

Como se demonstra nos indicadores de vulnerabilidade externa na tabela 1 acima, a intensidade tecnológica (ou a falta dela) nas exportações revela o nível de dependência externa tecnológica de uma economia. Durante todo o período em análise, os produtos não industriais participam em média em 93% do volume de exportações.

Curiosamente, os primeiros anos de orientação ao mercado revelam que o país tinha um nível de desenvolvimento tecnológico superior ao actual. Os produtos tecnológicos, estão historicamente em níveis inferiores a 4% (veja-se na tabela 2 abaixo), e com tendência decrescente do nível de industrialização verificada pela fraca contribuição dos bens tecnológicos no total de exportações.

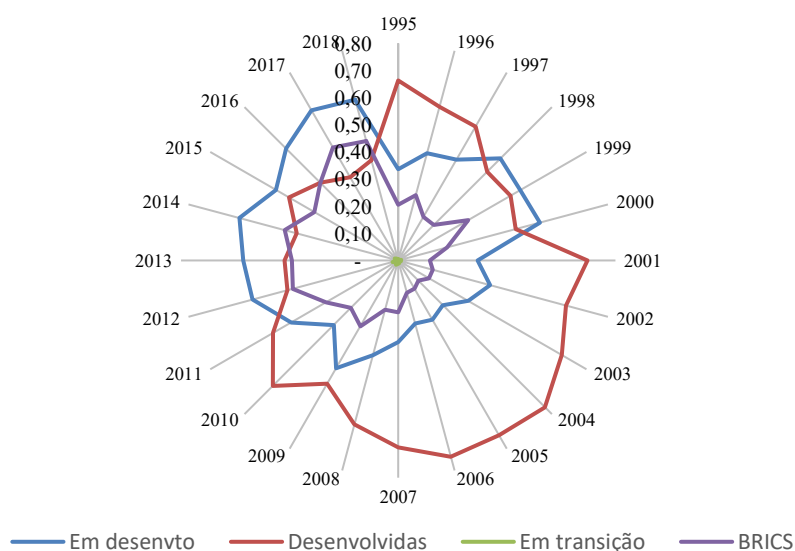
Tabela 2 - Exportações por intensidade tecnológica (% total de exportações)

Discriminação	1995	2000	2005	2009	2012	2015	2017	2018
Baixa tecnologia	3%	1%	1%	2%	2%	2%	1%	1%
Média tecnologia	8%	5%	2%	2%	2%	1%	0%	1%
Alta	2%	1%	1%	3%	2%	4%	2%	2%
Produtos não industriais	87%	93%	97%	93%	94%	93%	96%	96%
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria com dados da UNCTAD, período 1995-2018

A polarização da exportação de produtos moçambicanos tem sido para um centro em constante mudança. Um aspecto revelado pelo gráfico 3 abaixo é que, há uma mudança de destino dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos. Talvez seja meramente resultado da classificação ou pelo crescimento de alguns países considerados em desenvolvimento. É certo que, há um aumento das exportações em grande medida devido ao crescimento experimentado pelo bloco composto pela Rússia, China, Brasil e África do Sul (BRICS).

Gráfico 3 - Para quem exporta a economia moçambicana?

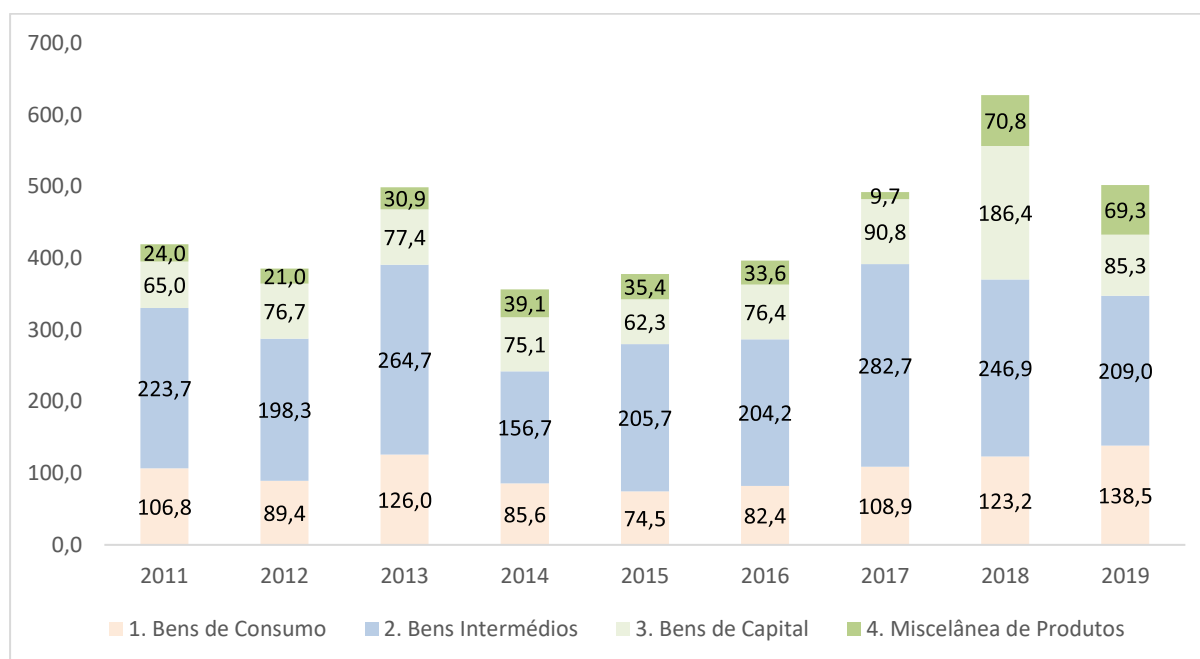


Fonte: Elaboração própria com dados da UNCTAD, período 1995-2018

O diagrama em rede é muito útil para revelar o destino das exportações, bem como o relativo peso que a economia em desenvolvimento tem. Entre 2011 e 2018 há uma mudança consistente dos principais destinos das exportações, reforçando a ideia de existência de subcentros no mapa do capitalismo mundial.

4.3. Pauta de Importações

Gráfico 4 - Importações por Factor Agregado em milhões de US\$: 2011-2018



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco de Moçambique, relatório de 2018

A maior representatividade da pauta de importações é detida por bens de consumo e intermédios. Os elevados níveis de pobreza não descuram a posição de Moçambique como importador de produtos manufacturados. Há um destaque a fazer para o peso da importação de bens de capital, uma vez que estes são explicados pelo investimento directo estrangeiro, tema ao qual a seguir nos viramos.

O crescimento da indústria parece ocorrer em áreas destinadas à produção e exportação de *commodities* (ex: grandes projectos), reflectindo, não necessariamente um processo de renovação e ampliação da indústria nacional *per se*, mas um desvio de locus para uma economia externa.

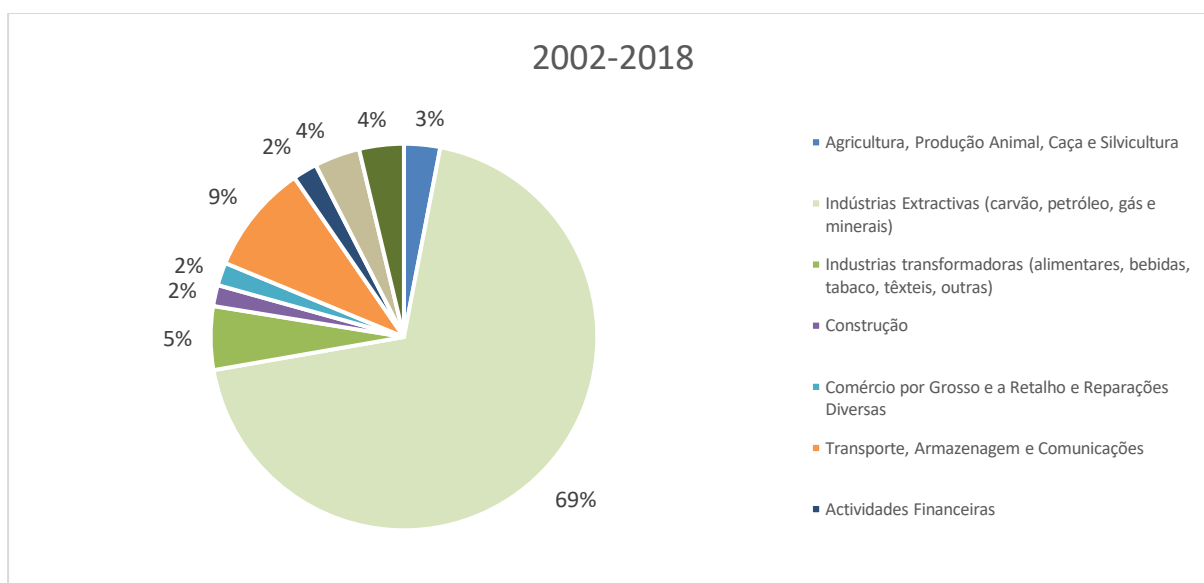
4.4. Distribuição do Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique

Os influxos de investimento directo estrangeiro constituem uma das formas mais usadas para potencializar o crescimento económico em Moçambique. Os indicadores no gráfico 5 abaixo mostram que 69% do IDE é destinado ao sector da Indústria Extractiva, seguido dos Transportes e Comunicações, estando todos os outros sectores com níveis de investimento inferiores a 5%.

A internacionalização da economia moçambicana tem sido maioritariamente para o

sector primário. Note-se que, o excessivo investimento num sector cria uma dualidade na economia, pelo que as características do próprio IDE poderão limitar a sua contribuição no crescimento. A concentração do IDE na produção de bens primários destinados a exportação, associado à forte importação de equipamentos, matérias-primas e componentes, evidencia que embora represente uma importante entrada de divisas, no cômputo geral não altera significativamente a pauta exportadora, ou seja, o déficit em transacções correntes continua a ser uma restrição ao crescimento.

Gráfico 5 – Entradas de IDE por sector de destino



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco de Moçambique, relatório de 2018

Em aproximadamente duas décadas, o capital, na busca das maiores taxas de lucro, não só evidencia a especialização no sector primário, mas também permite com maior facilidade o repatriamento dos investimentos aí efectuados, uma vez que as *commodities* são de demanda maioritariamente externa. O que daí resulta, é um desenvolvimento industrial não para a satisfação das necessidades de consumo da sociedade, mas do característico sector intensivo.

Bruna (2017, p. 18) ainda refere que dentro do já concentrado investimento estrangeiro no sector extractivo e agrícola (orientado para exportação), o mesmo concentra-se num reduzido número de projectos, o que revela o reforço de uma base capitalista dominada pelo investimento estrangeiro e por empresas multinacionais.

A tendência demonstra que haverá uma crescente dependência dos recursos estrangeiros para cobertura das necessidades de financiamento em moeda estrangeira, que pela

fraca ligação com os demais sectores da economia, não se revelam benefícios macroeconómicos (ex.: pobreza e desigualdades sociais, ambiente, etc.).²⁸

4.5. Exportação de capitais

Hilferding (1985, p. 296, *apud* Campos e Sabadini, 2018, p. 139) diz o seguinte sobre o termo exportação de capitais:

“[e]ntendemos por exportação de capital a exportação de valor destinado a gerar mais-valia no exterior. Nisso, é essencial que a mais-valia fique à disposição do capital interno. (...) Somente se pode falar de exportação de capital quando o capital empregado no exterior permanece à disposição do país investidor e quando os capitalistas nacionais podem dispor da mais-valia produzida por esse capital no estrangeiro. (...) Portanto, a exportação de capital reduz a quantidade nacional de capital e aumenta a renda nacional pela mais-valia produzida.”

A internacionalização do capital visa buscar maiores taxas de lucro e o que se vê, é o estreitamento da relação deste capital estrangeiro à exploração do trabalho. Este capital financeiro (industrial e bancário ou comercial) é que, para Hilferding, fomentam o desenvolvimento da exportação de capital.

Pode-se ver da tabela que se segue que os défices da renda tendem a crescer ao longo do tempo. Inclusive, porque a exportação de capitais adquire novas formas, a partir de 2005 já se vê o surgimento e crescimento (com saldos negativos a partir de 2012) dos investimentos em carteira, estes que são a mais contemporânea forma de financeirização no capitalismo contemporâneo²⁹.

Tabela 3 - Renda de Investimentos em milhões de US\$: 1995-2018

Discriminação	1995	2000	2005	2009	2012	2015	2017	2018
Investimento Directo	0.0	-0.3	-284.0	-237.9	-46.1	-60.0	-59.3	-103.2
Investimento de Carteira	0.0	0.0	14.8	10.2	-7.5	-57.5	-93.8	-79.7
Outro Investimento	-147.4	-176.1	-131.1	-108.9	-67.1	-183.2	-240.9	-171.8
Total Rendimentos de Investimento	-147.4	-176.4	-400.3	-336.6	-120.7	-300.6	-394.0	-354.7

Fonte: Relatório de 2018 do Banco de Moçambique - Anexos

Os dados na tabela 3 acima demonstram que, sem prejuízo do desfasamento entre o período de investimento e obtenção de retornos, nos anos 2000 (US\$ 139.3mio), 2005 (US\$

²⁸ Cf. Bruna (2017, p. 19)

²⁹ Para mais detalhes sobre o tema, vide Campos e Sabadini (2018) e Amaral (2012).

122.4mio) e 2006 (US\$ 684.9mio – não referenciado na tabela), a exportação de renda de investimentos foi superior aos influxos pelo IDE. Este ponto é relevante na medida em que nos parece que o IDE pode ter, em algumas ocasiões, um impacto nulo a nível de criação de poupança externa uma vez que quanto maiores forem os níveis de exportação de capitais menores serão as capacidades de retenção de divisas.

Isto se agrava pelo facto do IDE se situar em sectores maioritariamente destinados a exportação, pois impede a criação de um mercado real interno.

É particularmente notável que nos anos que se seguiram às crises económicas (2009, 2015), a exportação de renda de investimentos aumentou, o que suporta a natureza intrínseca das motivações de investimento, i.e., busca pelas maiores taxas de lucro e fuga de capitais em momentos de crise.

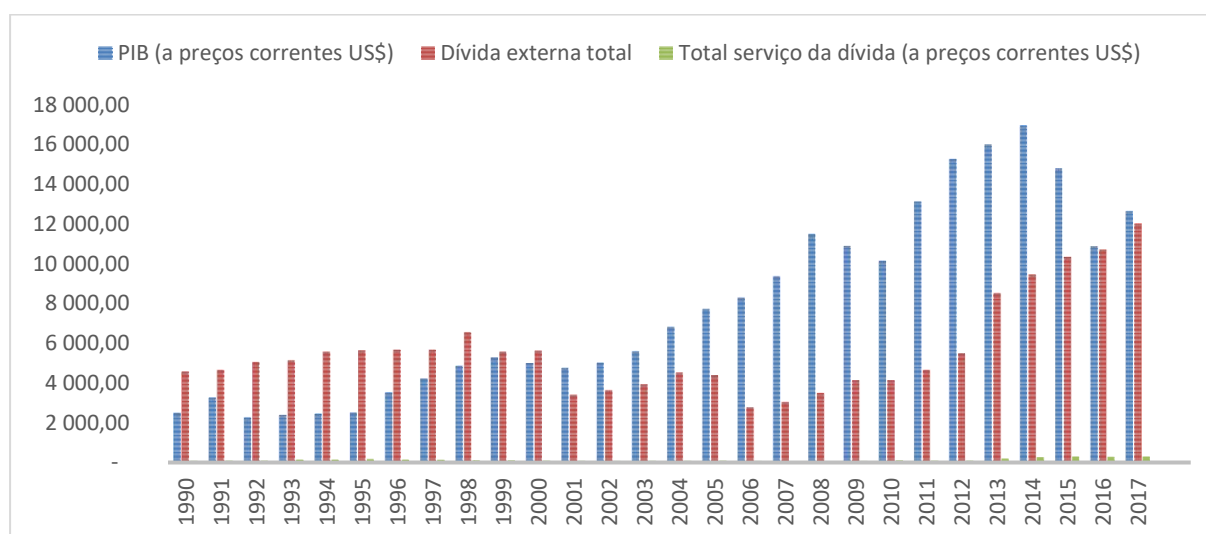
4.6. Dívida Pública Total

A dívida pública constitui, para além do IDE, um dos principais instrumentos usados na política expansionista do governo moçambicano, para além de servir de base para cobertura do orçamento do Estado. É, portanto, um dos principais canais de transferência de renda para o exterior.

Conforme demonstra o gráfico abaixo, a dívida pública em 1995 correspondia a 150% do PIB, e graças aos perdões concedidos³⁰, a dívida passou para cerca de 33% do PIB em 2006. Contudo, o crescimento da dívida acelerou, tendo atingido aproximadamente 100% do PIB, em 2016. Notam Massarongo e Chichava (2018, p. 16) ainda que, entre 2008 e 2014, a dívida do país com os BRICS (China com 87% da dívida contraída) aumentou mais de nove vezes, passando de cerca de US\$ 191 milhões para cerca de US\$ 1,8 mil milhões.

³⁰ Moçambique beneficiou-se de perdões de dívida, nomeadamente, o reescalonamento da dívida no âmbito do Clube de Paris, a iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC) em Junho de 1999 e a Iniciativa do Alívio da Dívida Multilateral (MDRI) em 2006.

Gráfico 6 - Dívida Pública Total em milhões de US\$: 2011-2018



Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Mundial

O serviço da dívida pública é actualmente 4 vezes superior ao serviço da dívida há 20 anos. Desde 2006 até 2017, o stock da dívida aumentou em cerca de US\$ 3,697 mil milhões, o que significa um aumento de quase 42% da dívida pública.

Referem Massarongo e Chichava (2018, p. 20) que a dívida externa foi a que mais crescimento registou, o que agrava os níveis de transferências para o exterior. Notavelmente, houve um considerável aumento de dívidas bilaterais, principalmente a ligada aos BRICS.

À primeira vista, já se pode notar uma certa correlação entre as finalidades da dívida contraída e a exportação de serviços deste grupo de países para Moçambique. Este elemento suporta-se pelo facto de que considerável parte das obras adjudicadas aos projectos financiados, tem sido às empresas dos próprios países financiadores. À título de exemplo, os créditos para construção da ponte Maputo-Catembe, Grande Circular - reabilitação e ampliação, financiados pela China, foram todos adjudicados a empresas chinesas.³¹

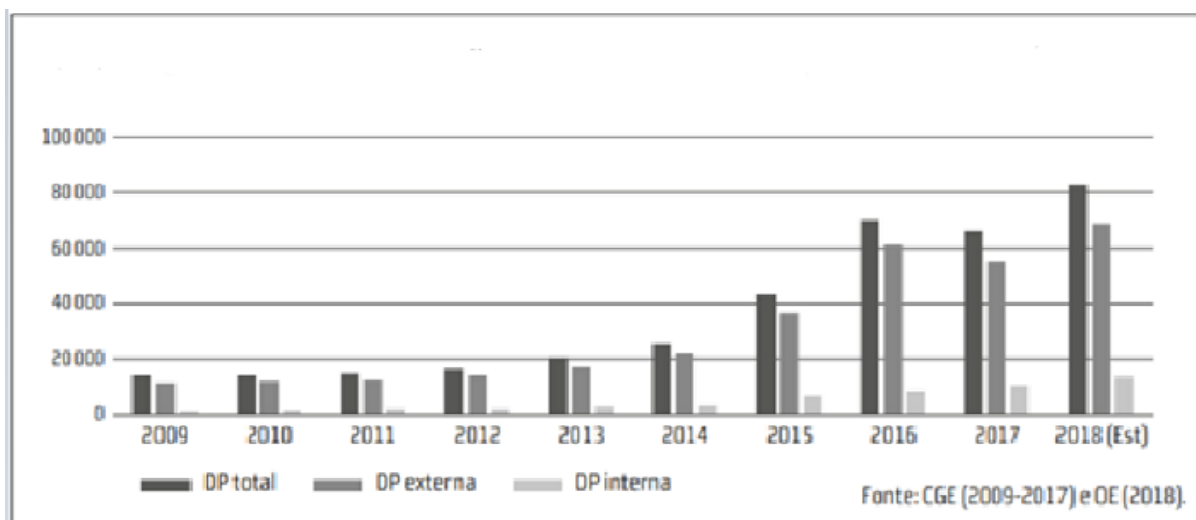
Porque há uma limitação no efeito expansivo do IDE pelos exfluxos que o mesmo cria, o IDE intuitivamente reforça a posição de dependência para com os países centrais, considerando que não financia as capacidades internas produtivas. Os investimentos preferenciais têm sido os que por natureza exportam os maiores níveis de rendimento ao exterior.

Concluem Massarongo e Chichava (2018, p. 31) que, “se a economia não beneficia do efeito multiplicador da dívida que contrai e se uma boa parte do financiamento não se

³¹ Massarongo e Chichava (2018, p. 31)

concentra efectivamente na economia, a sua capacidade de sustentar a dívida fica comprometida a longo prazo, a não ser que recursos sejam retirados de outros sectores que geram riqueza ou haja uma fonte de financiamento contínua para sustentar o serviço da dívida”.

Gráfico 7 - Evolução da Dívida Pública Total, Externa e Interna de Moçambique (2009-2018) em milhões MZN



Fonte: Dinâmicas de Endividamento Público em Moçambique na década 2009-2018: Uma análise do contributo do Livro Desafios para Moçambique, p. 137.³²

Está ilustrado no gráfico acima a composição da dívida pública. A dívida interna, ainda que com expressão inferior à dívida pública externa, é, para todos efeitos contratada em instituições nacionais detidas por capitais estrangeiros. Em última instância, até a dívida interna constitui uma forma de transferência de renda (por via de transferências de lucros, etc.) dos bancos nacionais.

³² IBRAIMO, Yassfir, (2019) Dinâmicas de endividamento público em Moçambique na década 2009-2018: Uma análise do contributo do livro Desafios para Moçambique Desafios para Moçambique 2019. Disponível em https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_yibraimo.pdf

4.7. Análise da dependência em Moçambique

Por agora, resta-nos categorizar com propriedade a existência ou não da dependência. À partida, os seguintes elementos podem ser verificados:

- Perda nos termos de intercâmbio: há uma reprimarização da economia com as exportações de produtos primários (*commodities* e outros não industriais) a corresponderem a mais de 90% do total de exportações. Em contrapartida, a maior representatividade da pauta de importações é detida por bens de consumo e intermédios, o que revela uma troca desigual entre Moçambique e outras nações. Daqui então se origina, como mostrara Marini, que a superexploração do trabalho é o mecanismo de compensação da expropriação internacional provocada pela situação de dependência.

- Superexploração do trabalho: Moçambique é o 8º país com a maior taxa de desemprego a nível mundial.³³ Este potencial exército de reserva, provoca uma desvalorização dos salários reais e permite que o trabalho empregado seja remunerado abaixo do seu valor.

- As remessas de investimentos: a balança de conta corrente revela um saldo negativo nos fluxos de capitais, uma vez que maior parte dos capitais se destinam ao exterior. Tem contribuído para esta posição não só o pagamento de lucros, royalties e outros, mas também os elevados encargos da dívida pública externa (Moçambique deve o equivalente ao que produz num ano em empréstimos de parcerias bilaterais e multilaterais – uma estratégia de desenvolvimento que concorre para a formação de um elevado passivo externo que é uma das principais bases para a extracção do valor na economia, por via do serviço da dívida).

- Ciclo do capital (realização): escalpelizando a natureza do IDE, pelo facto do mesmo destinar-se maioritariamente ao sector de exportações (cerca de 67%), podemos parafrasear Amaral (2012) nos termos em que diz que a economia salta de uma tentativa de industrialização virada para dentro, para uma espécie de desindustrialização voltada para fora, se é que assim se pode dizer.

Com base nestes elementos, é notável que a teoria marxista da dependência é de extrema relevância na qualificação do país como economia periférica no capitalismo mundial, caracterizada estruturalmente pela dependência dos países do centrais, cuja inserção, nos moldes actuais, não beneficia o seu desenvolvimento.

³³ Segundo dados do *Trading Economics*, <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/unemployment-rate>, actualizados a Dezembro de 2017, a taxa de desemprego em Moçambique era de 25.04%.

4.8. Propostas de desenvolvimento

Para que esta *démarche* se logre de maior valor, entendemos ser importante, propor os modelos mais significativos de superação do subdesenvolvimento na literatura, conforme Furtado (1995, pp. 7-9):

Tabela 4 – Estratégias de desenvolvimento

Proposta	Problemas que podem surgir
1º) Coletivização dos meios de produção	<ul style="list-style-type: none">• Pressões para elevar o consumo, reduzindo a possibilidade de acumulação reprodutiva• Emergência de um poder burocrático totalizante• Problemas típicos da planificação centralizada com baixo desenvolvimento de forças produtivas
2º) Prioridade à satisfação das necessidades básicas	<ul style="list-style-type: none">• Falta de vontade política pois existe uma correspondência entre a estrutura do sistema produtivo e o perfil de distribuição da renda. Custo social que pode ser considerável, não somente em termos de obsolescência de equipamento, mas também de desemprego imediato• Equipamentos e técnicas utilizados em economias subdesenvolvidas são importadas. Custos proibitivos na reciclagem do sistema produtivo para instalação de tecnologia requerida para satisfazer as necessidades de uma população de baixo nível de renda
3º) Ganho de autonomia externa (assumpção de uma posição ofensiva nos mercados internacionais)	<ul style="list-style-type: none">• Planejamento selectivo rigoroso e o logro de uma elevada taxa de poupança• Identificação das bases sociais de uma estrutura de poder apta a levá-lo à prática. Não serão as elites tradicionais voltadas para a modernização dependente, e tampouco as maiorias preocupadas em ter acesso imediato a melhorias nas condições de vida. Compreende-se, portanto, que uma tal estratégia conduza com frequência a um reforço das estruturas estatais de vocação autoritária.

Acrescenta Furtado (1995, p. 9) que qualquer potencial estratégia de superação do subdesenvolvimento deverá assentar sobre as seguintes condições:

- a) um grau de autonomia nas relações exteriores que limite o mais possível a drenagem para o exterior do excedente;
- b) estruturas de poder que dificultem a absorção do excedente pelo simples processo de reprodução dos padrões de consumo dos países ricos e assegurem um nível relativamente alto de poupança, abrindo caminho para a homogeneização social;
- c) certo grau de descentralização das estruturas económicas requerido para a adopção de um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo;

- d) estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e correctivas nos processos de excessiva concentração do poder.

Os caminhos da política económica actual parecem indicar para uma substantiva luta de elites em controlar o poder político, tendo em conta as expectativas de ganhos resultantes dos investimentos na área de petróleo e gás e outros sectores, com vista a salvaguardar interesses próprios. Ao que se assemelha a um capitalismo clientelista, a imediata consequência é a construção de uma economia de renda (*rent-seeking*), uma vez que não se criam benefícios reais à economia e os ganhos obtidos nos negócios são mais um resultado da manipulação do processo de distribuição de renda.

Conseguimos retirar das interpretações da dependência económica de Claude Ake (1981) que estes traços nas relações sociais são fundamentais na compreensão da dependência, porque mesmo com o *boom* do sector do petróleo e gás que se experimenta, isto nada diz sobre qualquer progresso em direcção à independência económica, na medida em que a exploração destas riquezas depende da capacidade tecnológica dos capitais estrangeiros que controlam os meios de produção. Em teoria, o país está numa posição similar a de um trabalhador assalariado.

A resposta para o problema das relações sociais, está, ao nosso ver, não no desmantelamento do Estado, mas na sua reconstrução, pois só no longo prazo é que as deficiências institucionais se podem corrigir.

Como bem refere Dos Santos (2000, p. 35), com o avanço da automação e da robotização, o desenvolvimento industrial tenderá a gerar cada vez menos emprego. A mesma industrialização ocorrerá à custa do aumento da massa de desempregados e marginalizados sociais.

Reforça ainda que, os juros altos e a depreciação da moeda nacional encarecerão as dívidas do Estado e recursos enormes serão repassados a título de pagamento das mesmas. Por agora, a separação do mundo em blocos regionais parece ser a forma intermediária de potenciar o desenvolvimento. Contudo, existem evidentes dificuldades em integrar estruturas assimétricas e desiguais.

Neste sentido, o desenvolvimento poderá passar pelos seguintes pilares:

- **Industrialização orientada para a exportação (IOE)**

Conceitualmente, a IOE consiste na criação de benefícios fiscais visando a produção de produtos internos de média a alta tecnologia, com destino aos países desenvolvidos, desta forma, subindo na escala da divisão internacional do trabalho. Em termos de medida de política, tais benefícios caracterizar-se-iam pela desburocratização, baixos custos de instalação e isenção de impostos internos e aduaneiros, o que tem por consequência a imigração de empresas estrangeiras objectivando a produção a custos reduzidos. Dada a necessidade de competir com multinacionais, leis devem primar pela criação de *joint-ventures* entre empresas estrangeiras e nacionais, expandindo assim, a economia e tecnologia nacional.

A principal vantagem da entrada de multinacionais é a importação de tecnologia de ponta, focada para a produção interna visando mercado internacional, evitando uma potencial excessiva remessa de excedentes para o exterior.

Empréstimos a taxas de juro reduzidas poderão ser oferecidos especificamente para empresas que se predisponham a produzir nos moldes definidos, comprometendo-se com o desenvolvimento, crescimento e ajuda à economia nacional.

- **Exploração da mão de obra disponível em Moçambique**

O país tem uma pirâmide demográfica de base larga, associada a leis trabalhistas frágeis, o que cria um enorme potencial para grandes lucros destas indústrias, não só associados aos incentivos tributários e aduaneiros, mas também pela exploração do exército industrial existente, que permite desvalorizar os salários reais - estas políticas, associadas a reformas agrárias em que se tenha a agricultura também como base de acumulação, permitem, numa fase inicial, que haja sustentação de salários baixos (dado que haverá matérias-primas para a classe operária)

Verifica-se uma tendência crescente das multinacionais dos países centrais a relegar partes do processo produtivo para outros países, com objectivo de reduzir os custos; a mão de obra barata disponível em Moçambique permitiria a entrada do país para o circuito de produção económica mundial de equipamentos industrializados.

Naturalmente que o desenvolvimento do parque industrial não significa geração de riqueza e melhoria do bem-estar social. Todavia, dado o potencial mercado consumidor existente (representado pelo nível actual de importações de produtos manufacturados), poderá impulsionar o mercado interno (através da redução da taxa de desemprego associado a uma valorização dos salários reais).

- **Atracção do capital financeiro externo**

É inquestionável o nível de financeirização que o mundo atingiu. Sendo o próprio capital, um bem que circula à procura das maiores taxas de lucro, associado ao modelo de industrialização para exportação, a manutenção de altas taxas de juros inicialmente faz-se necessária como forma de remunerar o capital estrangeiro com vista à atracção de investidores. Tal medida permitirá o influxo de capitais externos com vista a financiar as actividades de desenvolvimento local (sem que se criem grandes pressões cambiais).

Embora o aumento da taxa de juros possa tornar o consumo/crédito e investimento interno mais caro (as áreas de desenvolvimento deverão beneficiar de taxas de juro reduzidas), favorecer-se-á uma valorização do metical (o que diminui os custos de importados – sustentando assim o investimento industrial).

A elevação da taxa de juros interna obriga a criação de superávits comerciais para que se destinem ao pagamento de juros, uma vez que o capital internacional tem como função a apropriação e a extracção das regiões dependentes. Há uma necessidade de um controlo rigoroso desta medida para que se reverta quando se verificar ineficácia da mesma.

Em suma, o foco na exportação associado a uma maior entrada de capitais externos, ao invés de uma substituição nas importações, visa estimular um mercado interno criado igualmente pela valorização do salário real que deverá potenciar o desenvolvimento do país no longo prazo.

A valorização do salário também deverá estar associada ao investimento no capital humano e ao entrar no circuito de produção mundial (não de produtos primários), o país tornar-se-á competitivo.

5. CONCLUSÃO

5.1. Principais ilações do estudo

A história em termos de opções de desenvolvimento económico em Moçambique, está intrinsecamente ligado ao colonialismo e socialismo como bases nas quais o modelo de reprodução capitalista tal como o conhecemos foi implementado. As típicas medidas de ajuda geralmente propostas pelo FMI/Banco Mundial exigem um avanço temporal em termos de reformas e instituições que não é possível alcançar dada a natureza das inter-relações desenvolvidas na periferia, estrutura existente e condicionalismo imposto pelas próprias políticas de desenvolvimento.

Pode-se assim conjecturar, que a Teoria Marxista da Dependência parece decalcar cabalmente o padrão de desenvolvimento de Moçambique no contexto do capitalismo mundial, reflectindo não só a sua relevância, mas também a necessidade de alterar os pressupostos a serem tomados na determinação de políticas ajustadas à realidade da periferia a que o país se encontra circunscrita.

A conclusão a que se chega é que a capacidade da economia moçambicana de desenvolver num contexto de elevada vulnerabilidade externa, estando na periferia do capitalismo caracterizado pela expropriação internacional dada a dependência, perda dos termos de intercâmbio e elevadas remessas de excedentes para o exterior, não permite rejeitar a primeira hipótese do trabalho.

Assim, a inserção de Moçambique não só reforça os laços de dependência, mas tende a agudizar o nível de subdesenvolvimento. É importante esclarecer aqui que esta constatação não significa de nenhuma forma falta de desenvolvimento *per si*. É sim, a constatação de que o desenvolvimento do país é deficiente, e assim o será, enquanto se mantiver a actual estrutura de inserção no capitalismo mundial.

Os resultados empíricos mostram que a nível da esfera comercial, a posição historicamente deficitária da balança comercial não tende a mudar uma vez que o nível de importações tende a crescer. Mais ainda, a exportação de primários é duas vezes superior a exportação de produtos manufacturados, o que reforça a posição internacional adoptada por Moçambique sendo que o destino das mesmas são essencialmente os países centrais. A esfera produtivo-tecnológica é caracterizada, contra-intuitivamente, por elevados níveis de IDE que não geram crescimento, uma vez que são destinados para actividades ligadas a exportação de

primários. Por consequência, anula-se o efeito do investimento uma vez que nenhuma riqueza é capturada em Moçambique.

A política fiscal adoptada de crescimento via endividamento externo resultou numa elevada vulnerabilidade estrutural que também cria um círculo vicioso numa economia deficitária, pois cria encargos pesados pelo serviço da dívida, sem contar as poucas reservas em moeda estrangeira.

A nossa dependência se expressa na incapacidade de projectar um desenvolvimento que atribua relativa autonomia às decisões de política sem que se esteja condicionada pelo desenvolvimento e expansão das economias centrais, principalmente por via do endividamento, IDE e comércio internacional.

5.2. Indicações para investigação futura

A Teoria da Dependência teve sua origem há 60 anos e é inegável que a dinâmica de desenvolvimento experimentado desde então exige que a mesma seja actualizada sob risco de, embora atractiva, não tenha o campo que merece nas ciências económicas.

O conceito actual de dependência, já se distancia da visão simplista do início da teoria da pura separação entre os países centrais (produtores de bens de consumo e de capital) e dos países dependentes (produtores de matéria-prima). O capital financeiro adquiriu um papel relevante na economia actual, como se evidenciou com a crise do *subprime* em 2008, na sua busca incessante por maiores taxas de lucro.

A análise da dependência nesse contexto exige o repensar das relações sociais de produção e sua relação com os movimentos de capital.

Por outro lado, as soluções aqui apresentadas como propostas para um descaminho da actual estratégia de desenvolvimento constituem apenas a ponta do *iceberg*, porquanto profundas análises fazem-se necessárias para a adopção de estratégias motoras que levem o país a melhores destinos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPERT, P. Economic Development: Objectives and Methods, The Free Press of Glencoe, Collier-Macmillan, 1963, United States of America

AKE, C. A POLITICAL ECONOMY OF AFRICA, Longman Singapore Publishers Pte Ltd, Singapore, 1981

AMARAL, M. S. Tese (Doutorado) Teorias do Imperialismo e da Dependência: A Atualização Necessária Ante a Financeirização do Capitalismo / Marisa Silva Amaral. Universidade São Paulo, 2012. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/pt-br.php> acessado a 20 de Setembro de 2019

AMARAL, J. F., SERRA, A. A., ESTEVÃO, J. Economia do Crescimento – (Económicas. 2ª série) ISBN 978-972-40-3572-7, Setembro, 2008, Edições ALMEDINA, SA

BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano, 2. Edição Editoria Insular, Florianópolis, 2013

BRESSER-PEREIRA, L. C. Crescimento e Desenvolvimento Económico, Notas para uso em curso de desenvolvimento económico da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Versão de Junho de 2008 disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf> acessado a 15 de Setembro de 2022

BRESSER-PEREIRA, L. C. As Três Interpretações da Dependência. Perspectivas, São Paulo, v.38, p.17-48, jul./dez.2010. Disponível em http://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.11.Tres_interpretacoes_dependencia.Perspectivas_26.pdf acessado a 20 de Setembro de 2019

BOND, P. A pilhagem na África: a economia da exploração. Rio de Janeiro: Instituto ComÁfrica, 2007. Versão para finalidades de estudo disponível em: <http://ccs.ukzn.ac.za/files/Bond%20A%20Pilhagem%20na%20Africa.pdf>. acessado a 23 de Setembro de 2019

BRUNA, N. Economia política da governação: Política económica de controle, manutenção e reprodução de poder (2017), Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 20, n. 38 – Dossiê – ISSN: 1806-6755

CAMPOS, F. A.; SABADINI, M. S. Hilferding e o Nexo Imperialista entre o Capital Financeiro e Exportação de Capital, Economia – Niterói, v. 20. n. 2, p. 135-159, Dezembro 2018. Disponível em <https://econpapers.repec.org/paper/anpen2014/012.htm> acessado a 25 de Maio de 2021

DONÁRIO, A. A.; DOS SANTOS, R. B. A Teoria de Karl Max, Universidade Autónoma de Lisboa, CARS – Centro de Análise Económica de Regulação Social, Maio de 2016. Disponível em: <http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf> acessado a 28 de Maio de 2021

DOS SANTOS, T. A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000

DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. J. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. Anais V Colóquio Internacional Cemarx. São Paulo: UNICAMP, Novembro/2007 Disponível em https://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf. Acessado a 13 de Maio de 2021

FRANCO, P. M., Dialética em Marx: Uma perspectiva a partir de seus elementos centrais, Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 16, Volume 1, 2012, São Paulo

FRANK, A. G. Dependent accumulation and underdevelopment, New York: Monthly Review Press, 1979

FRANK, A. G. Capitalismo y subdesarrollo en América Latina. Texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/textos/>, 2000 acessado a 15 de Maio de 2021

FILHO, A. N. S. Dissertação (Mestrado) Infraestrutura no Brasil: Realidade e dilemas da via única para o desenvolvimento nacional. Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2180/1/AdrianoFilho.pdf>

FLORES, R. K. Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois, Universidade Federal Fluminense – Niterói, Rio de Janeiro, de 30/09/2013 a 04/10/2013

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento, Revista de Economia Política, vol. 15, n. 2 (58), abril.junho 1995. Disponível em <http://www.rep.org.br/PDF/58-1.pdf>

GONÇALVES, R. Economia Política Internacional. Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Elsevier/Campus, 2005.

IBRAIMO, Yassfir, (2019) Dinâmicas de endividamento público em Moçambique na década 2009-2018: Uma análise do contributo do livro Desafios para Moçambique Desafios para Moçambique 2019. Disponível em https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_yibraimo.pdf

KEMPE, R. H. “Development in the third world” – From policy failure to policy reform, 1966 M.E.Sharpe, Inc, Armonk, New York 10504

MAGALHÃES, L. F. A. Migração internacional e dependência na divisão internacional do trabalho : um estudo da região sul de Santa Catarina / Luís Felipe Aires Magalhães. -- Campinas, SP : [s.n], 2013. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279351> acessado a 14 de Maio de 2021

MARINI, R. M. “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo” en *Cuadernos Políticos*. México: Editorial Era, No. 12, abril-junio, 1977, pp. 21-39. Disponível em http://www.olafinanciera.unam.mx/new_web/10/pdfs/Marini-Clasicos-OlaFin-10.pdf acessado a 15 de Junho de 2018

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia, Ediciones Era, México, decimoprimerá reimpressão, 1991. ISBN: 968-411-253-X. Disponível em http://www.marini-scritos.unam.mx/024_dialectica_dependencia.html#_ednref28 acessado a 22 de Junho de 2018

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M., Fundamentos de metodologia científica, 5ª edição – São Paulo: Editora Atlas - 2003

MASSARONGO, F.; CHICHAVA, S. Estrutura, Impacto e Significado da Dívida Pública Moçambicana com os BRICS (2006-2015), *Cadernos de Estudos Africanos* (Online), 36 | 2018. Disponível em <http://journals.openedition.org/cea/2964>; DOI : 10.4000/cea.2964 acessado a 24 de Junho de 2021

NERY, T. Dissertação (Mestrado) A economia do desenvolvimento na América Latina [recurso eletrônico] : o pensamento da Cepal nos anos 1950 e 1990 / Tiago Nery, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0210275_04_Indice.ht acessado a 15 de Julho de 2021

NETO, J. M. B. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual, *Crítica Marxista*, n.33, p.83-104, 2011.

RIMA, I. H. História do Pensamento Económico; tradução de Auriphebo Berrance Simões. São Paulo, Atlas, 1977.

SEFIDVASH, Farhang. O Papel da Universidade na Transformação da Sociedade. In: II CEPAL - INTEGRAÇÃO E CIDADANIA (II CEPIAL), Maringá/PR. 28 de Julho a 2 de agosto de 1994. Não paginado

SOROS, G. The Crisis of Global Capitalism, Open Society Endangered, Public Affairs, 1998, Tradução - Temas e Debates, Actividades Editoriais, Lda, Lisboa

THALHEIMER, A. Introdução ao materialismo dialético: Fundamentos da Teoria Marxista, CVM – Rio de Janeiro, Novembro de 2014

TODARO, M. P., SMITH, S. C. Economic Development 8th Edition (The Addison-Wesley series in economics), United Kingdom, 2003

TROTSKY, L. marxists.org. [Online] Disponível em <http://marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm> acessado a 23 de Setembro de 2017

ZANELLA, L. C. H., Metodologia de pesquisa – 2. Ed. Reimp. Departamento de Ciências da Administração, UDSC, Florianópolis: 2013

7. APÊNDICE

Indicadores

Quadro 5.A.1

Indicadores de vulnerabilidade externa e hipóteses de comportamento

Hipóteses de maior ou menor vulnerabilidade externa associadas ao comportamento dos indicadores:

ESFERA COMERCIAL

Exportação de bens e serviços/PIB

Esse coeficiente expressa o grau total de abertura comercial. Ele expressa o impacto do comércio exterior como fonte de expansão da demanda agregada. Quanto mais elevado, maior é o impacto da transmissão internacional dos ciclos econômicos sobre um determinado país e, portanto, maior a vulnerabilidade externa.

Crescimento real do comércio (exportação + importação) de bens e serviços – Crescimento do PIB real

Mostra o grau de integração na economia mundial numa perspectiva dinâmica. Quanto mais integrado ao sistema econômico internacional, maior a dependência *vis-à-vis* esse sistema e, portanto, maior a vulnerabilidade externa.

Índice de concentração das exportações

O índice de Herfindahl-Hirschmann mostra o grau de concentração das exportações calculado para o nível de três dígitos do SITC (239 grupos de produtos). Varia de 0 a 1. Quanto mais elevado esse índice, maior tende a ser a vulnerabilidade externa do país diante de oscilações de preço e quantidade no sistema mundial de comércio.

Reservas internacionais líquidas [excluindo os recursos do FMI]/Importação de bens e serviços

É um indicador tradicional do grau de proteção da atividade econômica interna perante mudanças na conjuntura internacional.

Taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens (1990-2001)

Expressa a competitividade internacional numa perspectiva dinâmica. A maior competitividade internacional reduz a vulnerabilidade externa no contexto de maior contestabilidade do mercado mundial. Quanto maior esse indicador, menor é a vulnerabilidade externa.

ESFERA PRODUTIVO-TECNOLÓGICA

Estoque de IED/PIB

É a importância relativa do valor do estoque do investimento externo direto (IED) no país. Pode ser visto como uma *proxy* para o grau de desnacionalização econômica, ou seja,

do controle do aparelho produtivo pelos não-residentes. Tendo em vista as inúmeras fontes de poder interno e externo das empresas transnacionais, quanto mais elevado esse grau, menor é a capacidade do país de resistir a pressões externas e, portanto, maior é a vulnerabilidade externa.

Estoque de IED/Exportação de bens e serviços

Considerando a existência de uma relação relativamente estável entre remessas de lucros e estoque de investimento, esse indicador mostra o comprometimento da receita de comércio exterior com o capital produtivo externo. O valor do estoque de IED no país (passivo externo) envolve o comprometimento perpétuo de remessa de lucros. Quanto mais elevado esse indicador, maior é a vulnerabilidade externa.

Estoque do IED em serviços como proporção do estoque total de IED

A maior importância relativa dos setores de *non-tradeables* coloca o problema da necessidade de geração perpétua de divisas correspondente ao serviço (remessa de lucros) de empresas estrangeiras que têm receitas em moeda nacional. Essa parte do passivo externo (IED em serviços) impõe rigidez nas contas externas do país.

Gastos com P&D como proporção do PIB

Indicador do esforço de desenvolvimento do sistema nacional de inovações. Quanto mais forte esse sistema, maior a capacidade do país de desenvolver e adaptar tecnologias e de se ajustar a rupturas do paradigma tecnológica.

Pagamento de tecnologia/Gastos com P&D

O pagamento de tecnologia refere-se às compras de tecnologia no exterior. Esses pagamentos referem-se às despesas com *royalties* e taxas de licenciamento. Segundo os especialistas, a razão em questão pode ser vista como um indicador da capacidade de absorção da tecnologia proveniente do exterior (Hasenclever e Cassiolato, 1998). Quanto mais baixo esse indicador, maior é essa capacidade, que, por seu turno, pode ser entendida como uma indicação da força do sistema nacional de inovações. Quanto maior essa força, mais elevada é a capacidade do país de resistência a mudanças no mundo da técnica e, portanto, menor é a vulnerabilidade tecnológica externa.

Exportação de produtos intensivos em tecnologia/Exportação de manufaturados

Mostra a influência da tecnologia no padrão de comércio. Quanto mais elevado, maior é o conteúdo tecnológico e, portanto, maiores são o valor agregado e o dinamismo das exportações. Indicadores crescentes implicam menor vulnerabilidade externa.

ESFERA MONETÁRIO-FINANCEIRA

Dívida externa total/Exportação de bens e serviços

Indicador tradicional do desequilíbrio de estoque causado pelo endividamento externo. Quanto mais elevado, maior a vulnerabilidade externa.

Quadro 5.A.1 (continuação)

<p>Dívida com FMI/Dívida externa total</p> <p>O FMI é um instrumento de política econômica externa dos Estados Unidos, mais especificamente do Tesouro desse país. A maior dependência dos recursos do FMI reduz a capacidade do país de resistir às pressões do sistema financeiro internacional e do governo americano.</p> <p>Renda líquida/Exportação de bens e serviços</p> <p>Expressa a absorção da receita de exportação pelo serviço do passivo externo (juros + lucros). Quanto mais elevado, maior a vulnerabilidade externa, pois há menos divisas externas disponíveis para importação e pagamento da dívida externa.</p> <p>Serviço da dívida pública e garantida pelo setor público/Exportação de bens e serviços</p> <p>Mostra o comprometimento das receitas de comércio exterior com a dívida externa via pagamento de juros. É um indicador tradicional de vulnerabilidade financeira externa.</p> <p>Ajuda externa/Importação de bens e serviços</p> <p>Indicador tradicional da dependência com relação à ajuda externa. Quanto mais elevado esse indicador, maior é a capacidade de pressão dos países doadores e, portanto, maior é a vulnerabilidade do país receptor da ajuda bilateral.</p>

Quadro 5.A.2		
Indicadores de vulnerabilidade externa: definições e fontes		
Esfera comercial	Fórmula	Fonte
Exportação de bens e serviços / PIB	X_{BeS} / Y	BM-WDI (2004), p. 238-240; p. 186-188
Crescimento real do comércio (exp. + imp.) de bens e serviços – Crescimento do PIB real	$\Delta\%(X_{BeS} + M_{BeS}) - \Delta\%PIB$	BM-WDI (2004), p. 306-308
Índice de concentração das exportações	HH (Herfindahl-Hirschmann)	Unctad-SY (2003), p. 389-391
Reservas internacionais líq. (exclusive recursos do FMI)/Importação de bens e serviços)	RIL/M_{BeS}	BM-WDI (2004), p. 238-240; p. 242-244; p. 238-240
Taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens (1990-2001)	$\Delta\%(X_B)/X_B$	BM-WDI (2004), p. 194-196

Quadro 5.A.2 (continuação)

Esfera produtivo-tecnológica		
Estoque de IED/PIB	ESTIED/Y	Unctad-WIR (2004), p. 376-28; UNCTAD-WIR (2003), p. 278-288; BM-WDI (2004), p. 186-188
Estoque de IED/Exportação de bens e serviços	ESTIED/ X_{BeS}	Unctad-WIR (2004), p. 376-28; UNCTAD-WIR (2003), p. 278-288; BM-WDI (2004), p. 238-240
Estoque de IED em serviços/Estoque de IED total	INGIED/RIL	Unctad-WIR (2004), p. 307-308.
Gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico/PIB	GP&D/PIB	BM-WDI (2004), p. 298-300
Exportação de produtos intensivos em tecnologia/Exportação de manufaturados	X_{Intec}/X_{Manuf}	BM-WDI (2004), p. 298-300
Pagamento de tecnologia/Gastos com P&D	PGTEC/GP&D	BM-WDI (2004), p. 298-300; p. 186-188
Esfera monetário-financeira		
Dívida externa total/Exportação de bens e serviços	DET/ X_{BeS}	BM-WDI (2004), p. 242-244; p. 238-240
Dívida com FMI/Dívida externa total	DIVFMI/DET	BM-WDI (2004), p. 244-246
Renda líquida/Exportação de bens e serviços	RL/ X_{BeS}	BM-WDI (2004), p. 240-242
Serviço da dívida pública e garantida pelo setor público/Exportação de bens e serviços	SERVDP/ X_{BeS}	BM-WDI (2004), p. 240-242
Ajuda externa/Importação de bens e serviços	AE/ M_{BeS}	BM-WDI (2004), p. 334-336.

Fonte e notas:

Os dados referem-se, na maior parte, ao ano de 2002.

BM-WDI, Banco Mundial, *World Development Indicators*.

Unctad-SY, United Nations Conference on Trade and Development, *Statistical Yearbook*.

Unctad-WIR, United Nations Conference on Trade and Development, *World Investment Report*.